

RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES

25 anos

COMPROMISSO ATRAVÉS DO TEMPO

Os Ciclos da vida, da economia e das organizações

Os ciclos fazem parte do processo de criação e de renovação da humanidade, da economia e das organizações. O ser humano nasce, cresce, reproduz-se, envelhece e morre, assegurando a continuidade da espécie e sua renovação constante. A economia alterna fases de prosperidade a períodos de estagnação ou declínio, em ciclos de curta ou de longa duração. As organizações, criativas em seu surgimento, frenéticas em seu crescimento, demandam mudanças para evitar o declínio ou a extinção quando estão estagnadas.

Estas mudanças podem ser evolutivas, quando introduzem melhorias sobre os processos existentes, ou revolucionárias, em que alterações mais profundas são necessárias para assegurar a sobrevivência.

Na Fibra, esses ciclos da vida, da economia e das organizações se misturam. Grande parte dos participantes, que ingressaram jovens e solteiros, hoje são aposentados e avós. O nosso Plano de Benefícios, assentado sobre premissas de 25 anos atrás, também amadurece, ao adaptar-se a um novo contexto demográfico e econômico.

Desde 1988, a Fibra avançou muito em seu modelo de gestão, que permitiu manter o equilíbrio por meio de mudanças evolutivas e graduais. No entanto, elas já não mais são suficientes para enfrentar o aumento significativo do passivo atuarial, influenciado pelo aumento da longevidade, pelos ganhos reais acima da inflação incorporados aos salários e aos benefícios e pela redução das taxas de juros atuariais. Assim, a opção de mudança profunda – talvez revolucionária – parece cada vez mais presente, pois cenários e paradigmas diferentes exigem respostas diferentes.

Temos orgulho do que foi construído pela Fibra até agora, do quanto já evoluímos, da credibilidade e dos resultados que produzimos, mesmo com as crises e aumento de passivos dos últimos 25 anos.

Mas mudar faz parte do ciclo da vida. E a experiência adquirida no passado nos traz confiança e otimismo para enfrentarmos os desafios que haveremos de superar no futuro, com o apoio dos Participantes Ativos e Assis-tidos, da patrocinadora Itaipu, dos Colegiados e da equipe técnica da Fibra.

FIBRA EM NÚMEROS

1.477	Participantes Ativos
9	Participantes em BPD, Vesting e com suspensão de contribuição
1.523	Assistidos (Aposentados, Pensionistas e BETM)
3.926	Beneficiários (incluindo dependentes)
57	Participantes que se aposentaram no ano
78	Empregados novos que aderiram ao Plano no ano
42,18 anos	Idade média dos Participantes Ativos
64,6 anos	Idade média dos Participantes Assistidos
101 anos	Idade do Assistido mais idoso
20 anos	Idade do participante Ativo mais jovem
1.585	Empréstimos concedidos
9.730	Atendimentos registrados no CRM
93.950	Acessos ao site
28.720	Atendimentos na Área do Participante (site Fibra)
52 %	Adesão dos Participantes ao SMS da Fibra
R\$ 141.6 milhões	Pagos em benefícios (12% a mais que 2012)
R\$ 1.582 milhões	Pagos em benefícios desde a criação da Fibra (corrigido pelo INPC)
-7,51 %	Rentabilidade geral dos investimentos (marcada a mercado)
5,58 %	Rentabilidade geral dos investimentos (contábil)
11,74 %	Meta atuarial para a rentabilidade geral dos investimentos
32	Horas de reuniões realizadas pelo Conselho Deliberativo
112	Horas de reuniões realizadas pelo Conselho Fiscal
48	Horas de reuniões realizadas pelo Comitê de Investimentos
35 pessoas	Quadro funcional da Fibra



INTRODUÇÃO

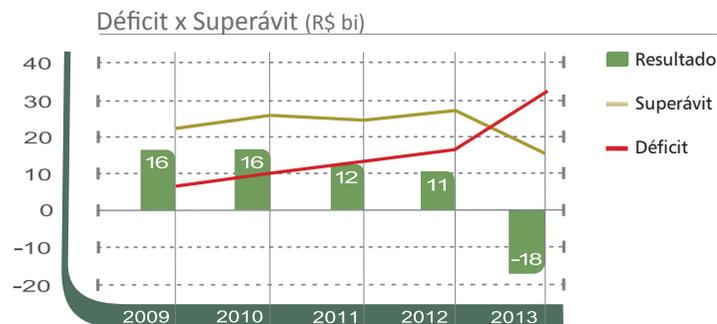
O ano de 2013 foi peculiar do ponto de vista do resultado geral, não só para a Fibra, mas para todo o segmento dos fundos de pensão no Brasil. A conjuntura econômica desfavorável produziu redução expressiva no valor dos títulos federais e queda nos preços de ativos de renda variável. Assim, nenhum dos principais indicadores de mercado produziu rentabilidade superior às necessidades atuariais.

Estudos realizados por especialistas, considerando os índices dos últimos 10 anos da renda fixa e dos últimos 18 anos de renda variável, demonstram que 2013 foi um dos piores momentos dos últimos anos para esses tipos de investimentos, levando-se em conta a média móvel de três anos.

Essa conjuntura afetou a rentabilidade geral dos fundos de pensão. Dados contábeis preliminares divulgados pela PREVIC indicam que a rentabilidade geral do sistema em 2013 teria sido de 0,20%, e que 75% dos planos teriam encerrado o exercício com rentabilidade menor que 3,00%, conforme distribuição dos quartis.

QUARTIL	INTERVALO	RENTABILIDADE MÉDIA 2013	Nº PLANOS	%
[Limite inferior-1° Quartil] piores resultados	[-12,98% até -2,70%]	-4,73%	183	25%
[1° Quartil-2° Quartil]	[-2,70% até -0,17%]	-1,81%	182	25%
[2° Quartil-3° Quartil]	[-0,17% até 3,00%]	1,22%	182	25%
[3° Quartil-Limite superior] melhores resultados	[3,00% até 15,84%]	6,12%	183	25%
Total Geral		0,20%	730	100%

Dessa forma, o sistema de fundos de pensão brasileiro passou de uma situação superavitária de R\$ 11 bilhões, no final de 2012, para um déficit de R\$ 18 bilhões, considerados os dados contábeis somente até setembro/2013 e excluindo o maior plano previdenciário do País, conforme dados divulgados pela Consultoria Gama Associados.



A Fibra foi igualmente atingida, não só pela conjuntura econômica que afetou todos os fundos de pensão, mas também por questões específicas, relacionadas ao crescimento de seu passivo atuarial, fortemente influenciado pelo aumento da longevidade e pelos ganhos reais acima da inflação, repassados tanto para os empregados Ativos quanto para os Assistidos.

Ainda que a Fibra tenha obtido uma rentabilidade positiva de 5,58% (bem acima da média do mercado), esta não foi suficiente para fazer frente ao crescimento do passivo atuarial. Assim, a Fundação encerra o ano com um déficit acumulado de R\$ 153 milhões, contra os R\$ 59 milhões de superávit de que dispunha em 2012.

Neste relatório, temos o desafio de expor esses números aos Participantes, acostumados mais a informações sobre superávits do que déficits da Fibra. Esses resultados também serão apresentados nas tradicionais palestras e reuniões com os Participantes Ativos e Assistidos que realizamos todos os anos.

A equipe técnica da Fundação dedicou total empenho ao longo do exercício à gestão dos ativos e ao estudo de soluções relacionadas à evolução do passivo. Infelizmente, porém, o equilíbrio do plano foi afetado pelas variáveis que estão fora do nosso controle, tanto do mercado financeiro quanto da evolução da longevidade e reajuste de salários e benefícios. Por isso, enfatizamos a transparência que sempre empregamos no trato das questões da Fibra, e contamos com a confiança dos Participantes para expormos os resultados e os desafios que a situação atual nos impõe.

Síntese de Resultados

O passivo atuarial da Fibra, que representa o valor dos compromissos com os Participantes, teve um incremento de R\$ 281 milhões em 2013, representando R\$ 64 milhões acima do esperado. Já os investimentos da Fundação, ainda que tenham produzido um resultado positivo de R\$ 129 milhões, atingiram um valor de R\$ 147 milhões inferior à necessidade atuarial (IPCA + 5,50%). Dessa forma, o resultado anterior superavitário da Fibra, de R\$ 59 milhões, teve um decréscimo de R\$ 212 milhões, gerando um resultado contábil acumulado deficitário de R\$ 153 milhões ao final do exercício. É importante ressaltar que este déficit não representa um problema de liquidez (caixa), mas sim a necessidade de incremento desse valor para fazer frente ao compromisso projetado (passivo) até o pagamento do último benefício.

O quadro a seguir dá uma visão sintética da variação do passivo atuarial e do patrimônio, cuja variação será detalhada ao longo do relatório.

Evolução das Reservas Matemáticas

A - Passivo

	ESPERADO	DIFERENÇA	REALIZADO	VARIAÇÃO %	
Reservas dez/2012 Benef. concedido Benef. a conceder a amortizar	2.332.953	--	2.332.953 1.538.139 841.157 (46.343)	--	Valor efetivo do início do exercício de 2013.
Acréscimo do exercício 2013	216.705	64.617	281.322	29,82	Mudança de tábua de mortalidade geral e reflexos do ganho real de salários, nas provisões matemáticas.
Reservas dez/2013 Benef. concedido Benef. a conceder a amortizar	2.549.658	64.617	2.614.275 1.729.373 932.770 (47.868)	2,53	Reflexos dos fatos acima.

Evolução do Patrimônio Líquido

B - Ativo

	ESPERADO	DIFERENÇA	REALIZADO	VARIAÇÃO %	
Patrimônio Líquido dez/2012	2.391.960	--	2.391.960	--	Valor efetivo do início do exercício de 2013.
Receitas Previdenciais	78.723	2.676	81.399	3,40	Aumento de contribuições e aumento real de salário em 2013, não previstos.
Despesas Previdenciais	-138.551	-3.491	-142.042	2,52	Varição devido ao aumento real de 2013 e novas aposentadorias.
Rendimento dos Investimentos	276.533	-146.951	129.582	-53,14	Queda da Bolsa de Valores e depreciação de títulos públicos, marcado à mercado.
Patrimônio Líquido dez/2013	2.608.665	-147.766	2.460.899	-5,66	Reflexos dos fatos acima.

Apuração do Resultado

B-A = Resultado

	ESPERADO	DIFERENÇA	REALIZADO	VARIAÇÃO %	
Superávit/Déficit acum. dez/2012	59.007	59.007	--	--	Valor efetivo do início do exercício de 2013.
Variações do exercício	--	-212.383	-212.383	-100,00	
Resultado dez/2013	59.007	-153.376	-212.383	-459,93	Reflexos dos fatos acima.



PASSIVO

Plano de Benefícios

O passivo da Fibra já havia sido majorado em 2012 em razão de aspectos excepcionais, especialmente a alteração da taxa de juros, de 5,75% para 5,50% ao ano, e o ganho real nos salários de 1,25%, que, inclusive, levaram a uma revisão das alíquotas de contribuição em junho de 2013.

Em 2013, novos fatores produziram mais acréscimos no Passivo Atuarial, com destaque para o aumento da expectativa de vida e, da mesma forma que no ano anterior, a concessão de novo ganho real, de 1,40% acima do índice da inflação, por meio do último Acordo Coletivo de Trabalho.

Aumento da Expectativa de Vida

A expectativa de vida dos Participantes da Fibra elevou-se significativamente nos últimos 25 anos. Em 1988, quando a Fibra foi criada, a expectativa de vida para quem tinha 55 anos era de aproximadamente 74 anos e baseava-se na tábua CSO-58 (experiência americana do ano de 1958). Naquela época, as reservas atuariais eram projetadas para pagar o benefício para um período médio de 19 anos.

A partir de 2000, a Fibra promoveu alterações relevantes na tábua de mortalidade geral (2000, 2002, 2005, 2009), bem como em 2013. Nesta última tábua implantada (AT-2000 desagradada de 20%), a expectativa de vida para quem tem 55 anos passou a ser de 85 anos, ou seja, em média, 11 anos a mais de vida para pagamento de benefícios do que o previsto na época da criação da Fundação. Assim sendo, o patrimônio acumulado até 2013 precisa ser suficiente para pagar o benefício por 30 anos, contra os 19 anos estimados em sua criação.

“O TEMPO ESTIMADO
DE PAGAMENTO
DE BENEFÍCIOS
PASSOU DE 19 PARA
30 ANOS”

Somente neste ano, o incremento de longevidade gerou um aumento de R\$ 52 milhões na reserva atuarial. Se considerado o impacto desde 2000, o valor chega a R\$ 392 milhões. O quadro abaixo ilustra as mudanças de longevidade e os respectivos impactos nas reservas atuariais:

ANO DE MUDANÇA DA HIPÓTESE	MUDANÇA PRATICADA			IMPACTO APROX. (R\$ milhões)
	MORTALIDADE GERAL	ENTRADA DE INVALIDEZ	MORTALIDADE DE INVALIDOS	
1988	CSO58 Masc.	Light Forte	IAPB 55	---
2000	AT49 Masc.	Light Média	IAPB 55	81.7
2002	AT83 Masc.	Light Média	IAPB 55	139.5
2003	AT83 Masc.	Light Média	(IAPB 55+AT49) / 2	3.5
2005	AT2000 Masc.	Light Média	AT83	(3.4)
2009	AT2000 Masc. Desagravada 10%	Light Média	AT83 Desagravada 10%	92.6
2010	AT2000 Masc. Desagravada 10%	Light Fraca	AT83 Desagravada 10%	25.8
2013	AT2000 Masc. Desagravada 20%	Light Fraca	AT83 Desagravada 10%	52.3
Total				392.0

Ganho Real Concedido aos Empregados e aos Assistidos

Outro fator que tem elevado o custo do Plano de Benefícios é o ganho real de salários, ou seja, o percentual de reajuste acima da inflação concedido pelo Patrocinador nos acordos coletivos desde 2006. Esse ganho eleva tanto as provisões matemáticas de

“O GANHO REAL DOS ÚLTIMOS SETE ANOS TOTALIZOU 7,42% E IMPACTOU AS RESERVAS EM R\$ 231 MILHÕES”

benefícios a conceder (empregados Ativos) quanto as provisões de benefícios concedidos (Assistidos). Entretanto, o custeio do Plano de Benefício da Fibra não foi projetado para pagar reajustes de benefícios acima da inflação. O quadro a seguir demonstra os impactos desses ganhos reais:

ANO	2006	2007	2008	2009	2010	2012	2013	TOTAL
GANHO REAL - %	0,55	1,00	1,00	1,00	1,00	1,25	1,40	
Benefícios Concedidos	10.605	15.205	15.963	16.273	16.740	21.705	23.131	119.622
Benefícios a Conceder	11.325	18.297	16.758	16.263	15.158	16.571	17.117	111.490
Total Anual	21.929	33.503	32.721	32.536	31.898	38.276	40.248	231.112

A questão vem se agravando à medida que o número de Assistidos vem se tornando superior ao de Ativos. Portanto, a concessão de ganhos reais pelo Patrocinador e seu repasse aos benefícios tem gerado impactos atuariais crescentes sobre o Plano de Benefícios.

Taxa de Juros Atuarial

Os cálculos atuariais são realizados projetando-se o fluxo de caixa futuro, e trazendo-os a valor presente com base na chamada “taxa de juros atuarial”. De 1988 a 2009, a Fibra utilizou a taxa de juros de 6,00%, condizente com a conjuntura e a legislação. Entretanto, a mudança do contexto econômico brasileiro motivou a Fibra a reduzir essa taxa de juros de 6,00% para 5,75% em 2010, e para 5,50% em 2012.

ANO	CNPC N° 9/2012 Taxa máx. a ser praticada	Impacto no Passivo (R\$ mil)
		PRESENTE
1988/2009	6,00%	---
2010/2011	5,75%	77.407
2012/2013	5,50%	91.732
		FUTURO ESTIMADO
2015	5,25%	103.424
2016	5,00%	213.727
2017	4,75%	331.452
2018	4,50%	457.280

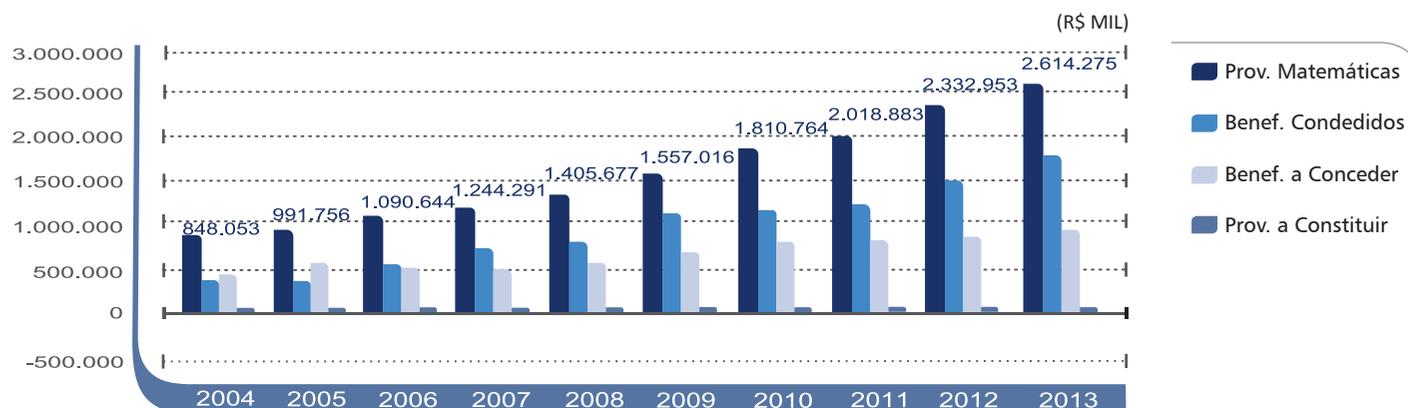
A manutenção desta taxa, que foi aprovada pelo Conselho Deliberativo em 16 de dezembro, com base no memorando I/GFI/024/2013 e com respectivo conhecimento do Conselho Fiscal, produziu até o momento, um impacto de R\$ 169 milhões no passivo atuarial, com reflexos também no custo do Plano, pois, ao pressupor-se uma rentabilidade futura menor, há necessidade de contribuições maiores para formar as reservas necessárias para os Participantes.

Esse movimento de redução de juros atuarial vai continuar. Em cumprimento à Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC n° 9, de 29 de novembro de 2012, esta taxa deverá ser reduzida até atingir 4,50% em 2018. Caso seja mantido esse critério, projeta-se um acréscimo de até R\$ 457 milhões no passivo atuarial, com sérios impactos tanto no equilíbrio quanto no custo do Plano, que precisarão ser equacionados.

Acréscimo do Passivo Atuarial nos Últimos Anos

Considerando-se apenas o valor consolidado dos impactos já efetivados das alterações das Tábuas Biométricas, Ganhos Reais e Taxa de Juros dos últimos anos, o Passivo Atuarial já teve um acréscimo de R\$ 792 milhões acima do previsto (base dez/2013), que, em sua maioria, foi absorvido pelo excesso de rentabilidade dos investimentos ao longo dos últimos anos.

Naturalmente, outros fatores influenciaram a evolução das Provisões Matemáticas, como o envelhecimento da massa (dos Ativos e Assistidos) e a variação do crescimento salarial médio (justificado parcialmente pelos ganhos reais concedidos desde 2006), que foi de 2,19% em 2012 para 2,25% em 2013, com um impacto de R\$ 9,6 milhões. É importante ressaltar que a hipótese de crescimento salarial somente é aplicada aos Participantes Ativos do Plano, pois tem o intuito de, estatisticamente, definir o valor da remuneração que eles terão quando solicitarem o benefício. Assim, esse valor reflete promoções de carreira e aumentos decorrentes dos ganhos reais. O gráfico a seguir demonstra a evolução das provisões matemáticas:



As Provisões Matemáticas no último triênio tiveram um crescimento de 29,49%. Nesse período, podem-se citar como principais fatores determinantes dos resultados: ⁽ⁱ⁾a redução da taxa de juros de 5,75% para 5,50% em 2012, que ocasionou o aumento de contribuição dos Ativos em 14,50% (em jun/2013); ⁽ⁱⁱ⁾as mudanças nas hipóteses atuariais, principalmente em relação à expectativa de vida (tábuas biométricas) na última avaliação; e ⁽ⁱⁱⁱ⁾o ganho real dos salários e, conseqüentemente dos benefícios (desde 2006) entre outros fatores inerentes à evolução do Plano.

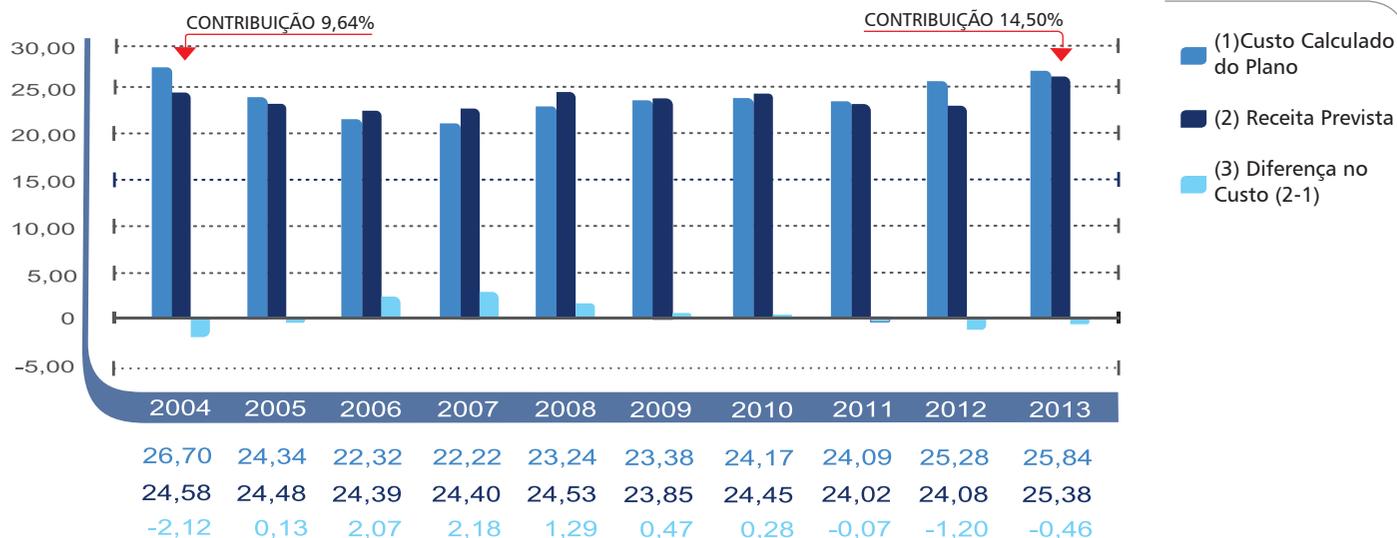
Atualização das Hipóteses Atuariais

As hipóteses atuariais (tábuas demográficas, crescimento salarial, rotatividade, taxa de juros, entre outras) utilizadas no Plano de Benefícios foram analisadas e aprovadas por meio da Resolução nº 022/2013 do Conselho Deliberativo, em 16 de dezembro de 2013, utilizando como referência o Parecer JM/3571/2013 do Consultor Actuarial do Plano de Benefícios. O quadro abaixo demonstra, os impactos no passivo do plano, decorrentes da atualização das hipóteses atuariais:

HIPÓTESES ATUARIAIS E IMPACTOS NO PASSIVO	(R\$ MIL)
(1) Redução do Fator de Capacidade de 98,10% para 97,58%	13.931
(2) Agravamento da Tábua de Mortalidade Geral de 90% para 80% da AT-2000	(52.312)
(3) Alteração da Projeção de Crescimento Real de Salário Médio de 2,19% para 2,25% a.a.	(9.897)
(4) Alteração da função utilizada para o cálculo da Rotatividade	567
(5) Ganho real do Benefício Concedido acima do Indexador Actuarial do Plano (+1,4%)	(23.131)
(6) Ganho real do Salário Real de Benefício acima do Indexador Actuarial do Plano (+1,4%)	(17.117)
(7) Impacto no Passivo Actuarial das Reduções/Aumentos acima apresentados	(87.959)
(8) Redução do passivo decorrente do aumento de 14,5% nas contribuições normais futuras dos ativos	18.628
(9) Impacto do Passivo Actuarial. Outros ganhos líquidos de origens diversas	4.714
(10) Impacto no Passivo Actuarial acima da previsão inicial	64.617

Custeio do Plano de Benefícios

De 1988 a 2003, a Fibra manteve inalteradas as alíquotas de contribuição ao plano. A primeira alteração, em 2004, foi de 9,64%, e a segunda em 2013, de 14,50%. Essas revisões não foram implantadas para cobrir déficits, pois tanto em 2003 quanto em 2012 o plano se encontrava superavitário, mas sim para compatibilizar o custeio dos benefícios com as novas hipóteses atuariais e o perfil da massa de participantes.



Para 2014, a Avaliação Atuarial do Plano mostra necessidade de revisão de aproximadamente 5% nas alíquotas de contribuição dos Participantes Ativos, para dar cobertura à diferença de -0,46% entre a relação da receita prevista dos Participantes Ativos e o custo calculado. Isso se deve principalmente à alteração da hipótese biométrica que mede a expectativa de vida e ao ganho real dos salários de 1,40% em 2013. Esse assunto será submetido ao Conselho Deliberativo da Fibra, no início de 2014, na forma estabelecida pela legislação aplicável. Os ajustes de contribuição dos empregados Ativos, tanto os já realizados em 2004 e em 2013, quanto o previsto para 2014, refletem apenas a elevação do custo de formação de reservas dos próprios empregados Ativos, e não a cobertura de déficits do Plano.

No fechamento de 2013, além do déficit de custeio, a Fibra apresentou déficit financeiro, que precisa ser acompanhado e sanado, atendendo ao que está previsto na legislação, mais especificamente, na Resolução nº 26 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC. Caso o déficit ultrapasse o limite de 15% das provisões matemáticas (este ano foi 5,87%), haverá necessidade de estabelecimento de um plano de equacionamento, com introdução de contribuições extraordinárias para os empregados Ativos, Assistidos e Patrocinadores, nos termos do regulamento e da legislação vigentes.

Desafios Futuros Relacionados ao Plano de Benefícios Vigente

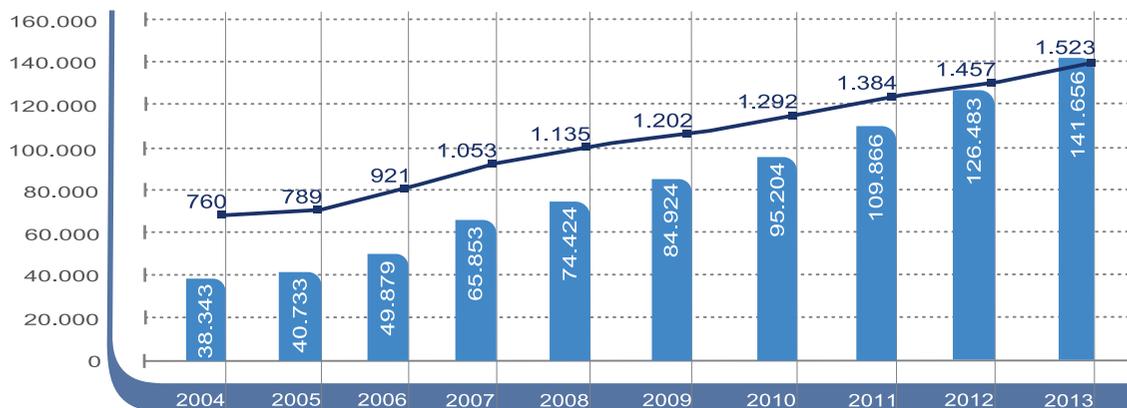
Em 2005 o Conselho Deliberativo da Fibra, por meio da RCD nº 006/2005, criou um Grupo de Trabalho para Avaliação do Plano de Benefícios, com representantes indicados pelo Patrocinador, pela Fibra e pelos sindicatos, além de Participantes eleitos para os Conselhos Deliberativo e Fiscal. Ao longo desses anos, o plano de trabalho definido para esse Grupo, com ações de curto e médio prazo, foi cumprido por meio de mudanças nas hipóteses e cálculos atuariais, no Regulamento e no Estatuto da Fibra. Restam ainda atividades de longo prazo, relacionadas ao estudo de novo Plano de Benefícios, como alternativa ou em substituição ao plano vigente.

Durante a existência desse Grupo de Trabalho, a Fibra vem alertando sobre os riscos e os desafios relativos à sustentabilidade do Plano de Benefícios vigente, e sobre a necessidade de viabilização de alternativas. Em 2013, uma proposta de saldamento¹ do plano e criação de um novo foi apresentada aos integrantes desse Grupo, que estão avaliando o assunto, tendo em vista a alta complexidade técnica e a responsabilidade estratégica envolvidas. Adicionalmente, outros aspectos deverão ser discutidos entre a Fibra e o Patrocinador ao longo de 2014, como o impacto dos ganhos reais e os reflexos da mudança das hipóteses atuariais sobre o custo para pagamento do Tempo de Serviço passado dos participantes fundadores.

¹ Saldamento é a interrupção definitiva do pagamento das contribuições ao plano, mantendo-se o direito à percepção proporcional do benefício originalmente contratado.

Evolução da Folha de Benefícios

Encerramos o ano com 1.523 benefícios pagos na folha, 66 a mais do que no ano anterior. O gráfico abaixo demonstra a evolução da quantidade de assistidos, que teve um acréscimo de 100,39% desde 2004 (passando de 760 para 1.523), e o aumento de 269,44% da folha de pagamento de benefícios desde 2004 (passando de R\$ 38 milhões para R\$ 142 milhões).



Receitas e Despesas Previdenciais

Os quadros a seguir demonstram a evolução das despesas e das receitas previdenciais.

“PAGAMENTO DE R\$ 142 MILHÕES NO ANO DE BENEFÍCIOS”

DESPESAS:

PAGAMENTO BENEFÍCIOS		2012 R\$ MIL	2013 R\$ MIL	VARIACÃO R\$ MIL	VARIACÃO %
Mensal Continuado	Aposentadoria	112.952	127.129	14.177	12,55
	Pensão	12.431	14.028	1.597	12,85
	Benefício Especial Temporário	63	80	17	26,98
	Subtotal	125.446	141.237	15.791	12,59
Pagamento Único	Restituição de Contr. (Resgate)	1.032	409	-623	-60,37
	Portabilidade	0	0	0	0,00
	Aux. Funeral	5	10	5	100,00
	Subtotal	1.037	419	-618	-59,59
Total		126.483	141.656	15.173	12,00

“CONTRIBUIÇÃO DE R\$ 60 MILHÕES NO ANO”

RECEITAS:

ORIGEM DA CONTRIBUIÇÃO		2012 R\$ MIL	2013 R\$ MIL	VARIACÃO R\$ MIL	VARIACÃO %
Patrocinadores	Normal	27.114	29.403	2.289	8,44
	Suplementar	4.193	4.546	353	8,42
	Subtotal	31.307	33.949	2.642	8,44
Participantes	Ativos	16.474	19.652	3.178	19,29
	Autopatrocinados	284	281	-3	-1,06
	Aposentados	11.320	12.721	1.401	12,38
	Jóias, Taxa Insc. e outras	872	778	-94	-10,78
	Subtotal	28.950	33.432	4.482	15,48
Total		60.257	67.381	7.124	11,82

Resultado dos Investimentos: Curto e Longo Prazo

Os fundos de pensão são caracterizados por fluxos de caixa de longo prazo, relacionados aos ativos (investimentos) e aos passivos (receitas e despesas de contribuição). Assim sendo, sua política de investimentos é voltada para a sustentabilidade de longo prazo, e não somente para o resultado contábil de um exercício.

“O EXCESSO DE RENTABILIDADE AO LONGO DOS ÚLTIMOS 15 ANOS CONSEGUIU COBRIR GRANDE PARTE DOS R\$ 792 MILHÕES DE ELEVAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL”

Na Fibra não é diferente. Os limites mínimo e máximo de alocação dos investimentos são estabelecidos a partir de um estudo de *Asset Liability Management* - ALM, que busca otimizar a alocação para reduzir o risco de insolvência de longo prazo do plano de benefícios.

A estratégia tem produzido bons efeitos ao longo dos anos, ainda que, em períodos curtos, os resultados possam ser momentaneamente desfavoráveis. Os dois quadros a seguir mostram que a Fundação, no longo prazo, tem obtido resultados de investimentos consistentemente superiores aos parâmetros de renda fixa e de renda variável e igualmente superiores às necessidades atuariais.



Foram esses excessos de rentabilidade que permitiram, ao longo dos anos, cobrir grande parte do impacto de R\$ 792 milhões no passivo atuarial (decorrentes de aumentos de longevidade, redução da taxa de juros atuarial e ganhos salariais reais), sem necessidade do estabelecimento de contribuições extraordinárias para cobertura de déficits.

Entretanto, 2013 não foi um ano de bons resultados. Mesmo que a rentabilidade contábil obtida pela Fibra tenha sido de 5,58%, o índice foi inferior aos 11,74% (meta atuarial: IPCA + 5,50%) necessários para manter o Plano de Benefícios em condição superavitária. Os textos e o quadro a seguir apresentarão o contexto geral e os resultados obtidos em cada um dos segmentos nos quais está alocado o patrimônio da Fibra.

DEZ/2013	12 MESES	24 MESES	36 MESES	60 MESES	96 MESES
Fibra (contábil)	5,58	23,64	36,05	83,98	157,86
Fibra (MtM)*	-7,51	15,29	26,26	82,80	158,21
IPCA + 5,5%	11,74	24,76	41,59	72,38	130,95
IPCA	5,91	12,09	19,38	31,89	50,48
CDI	8,05	17,14	31,52	57,55	127,72
IBOVESPA	-15,50	-9,25	-26,26	37,17	53,96
IBRX-50	-4,41	5,02	-8,81	56,79	80,29
IBrX- 100	-3,13	8,06	-3,53	69,82	98,90

* MtM ou Mercado a Mercado: Ajuste do valor de uma ação ou portfólio para refletir valores atuais de mercado.

Desempenho da Economia em 2013

O cenário nacional foi “descolado” do cenário internacional. No Exterior, observamos a retomada modesta de crescimento de algumas das principais economias globais. Nos Estados Unidos, o Banco Central norte-americano (FED) passou a discutir a possibilidade de retirada dos estímulos monetários introduzidos para lidar com a crise financeira de 2007/2008, com reflexos no câmbio e nos prêmios dos títulos dos governos de diversos países ao redor do mundo. Na Europa, foram afastados os temores de rompimento da Zona do Euro e da moeda única, tendo sido observado movimento de ajustes fiscais em vários países europeus, o que acalmou os investidores.

Já a economia brasileira enfrentou grandes desafios, evidenciando a insuficiência de oferta para atender ao estímulo dado à demanda. O aumento de importações agravou o déficit externo e a possível retirada dos estímulos monetários pelo governo americano pressionou tanto o câmbio quanto o risco do Brasil, com forte pressão sobre o prêmio dos títulos públicos federais. A elevação da inflação e dos riscos impôs a reversão do ciclo de redução de taxa de juros, com aumento da taxa Selic para 10% a.a. (com início em abril). Essa elevação combinada ao gerenciamento dos preços administrados pelo Governo, fez com que a inflação atingisse 5,91%, abaixo do teto da meta, mesmo que os preços livres (não administrados pelo governo) tenham tido expansão superior.

A reversão de ciclo da Selic fez com que a volatilidade dos títulos públicos federais em muitas vezes se assemelhasse à do mercado de renda variável, especialmente para os papéis de longo prazo, que compõem a maior parte da carteira de investimento dos fundos de pensão.

Reflexos da Economia nos Investimentos da Fibra

O ambiente macroeconômico influenciou diretamente os resultados obtidos pela Fibra com os investimentos. A tabela abaixo apresenta a necessidade de crescimento em cada uma das carteiras de alocação para 2013, em relação à meta atuarial (IPCA + 5,50%), o que foi efetivamente obtido pelos investimentos realizados e a diferença observada no acumulado do ano.

CONTAS (JAN À DEZ 2013)	PROJETADO	REALIZADO	DIFERENÇA	%
Renda Fixa	201.542	119.760	-81.762	-40,58
Renda Variável	53.467	-27.167	-80.634	-150,81
Estruturados (orç. junto de R. Variável)	10.189	4.812	-5.337	-52,77
Investimento Imobiliário	5.278	24.473	19.195	363,68
Operações com Participantes	6.057	7.704	1.647	27,19
Sub Total	276.533	129.582	-146.951	-53,14
Diferença (Pagar/Receber)	2.910	2.095	-815	-28,01
Total	279.443	131.677	-147.766	-52,88

Conforme pode ser observado acima, as principais contribuições negativas para o resultado vieram das carteiras de Renda Fixa e Renda Variável, que ficaram abaixo do orçado. No campo positivo encontram-se as carteiras de Imóveis e Empréstimos. A rentabilidade de 5,58% obtida no ano, ainda que inferior à meta atuarial, demonstrou resiliência em um ano em que grande parte das carteiras de investimento dos fundos de pensão brasileiros obteve índices negativos.

Essa rentabilidade positiva permitiu à carteira de investimentos gerar um acréscimo patrimonial de R\$ 129 milhões, valor ainda que positivo, foi R\$ 147,7 milhões inferior à necessidade de R\$ 276,5 milhões determinada pela meta atuarial.

Política de Investimentos

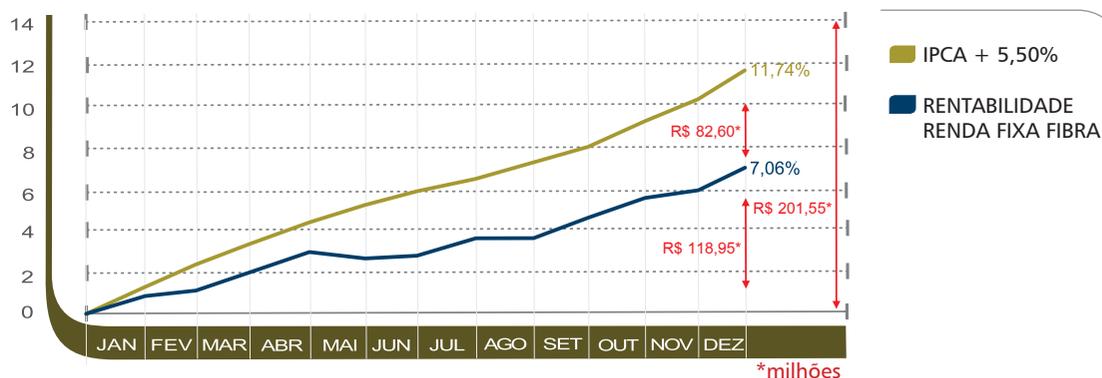
As revisões das Políticas de Investimento dos Planos de Benefício Definido e de Gestão Administrativa foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo em dezembro, e estão disponíveis na página da Fibra na internet.

A nova Política do Plano de Benefício foi construída de acordo com as sugestões contidas no estudo de ALM, em atendimento à legislação vigente, visando tornar o processo de investimento cada vez mais ágil e adequado ao cenário macroeconômico, e com as sugestões apresentadas pelos colegiados da Fibra, considerando, ainda, a atual Meta Atuarial de IPCA+5,50% a.a.

Renda Fixa

Com a mudança de tendência na Selic, e com o caixa reforçado, a Fibra adquiriu novos lotes de títulos públicos federais, ao longo do ano, aproveitando momentos de estresse no mercado para comprar papéis de longo prazo, marcados na curva de aquisição, com prêmios acima das necessidades atuariais, minimizando assim os efeitos da volatilidade observada nos prêmios ao longo do ano. A estratégia adotada, juntamente com os ativos que compunham essa carteira, resultou em rentabilidade positiva de 7,06% na renda fixa, contra 11,74% da meta atuarial.

O Gráfico ao lado mostra que a rentabilidade de 7,06% produziu um retorno positivo de R\$ 118,95 milhões, que, no entanto, foi R\$ 82,60 milhões inferior aos R\$ 201,55 milhões necessários para atingir a meta atuarial de 11,74%.



O quadro abaixo mostra que os títulos federais de prazo longo tiveram uma depreciação expressiva, com rentabilidades negativas piores do que a obtida em renda variável, especialmente para prazos mais longos.

	TAXA/PU DEZ/2012	TAXA/PU DEZ/2013	AUMENTO TAXA/QUEDA PU
NTN-B CURTA (2017)	2,49/2.552,62	5,73/2.389,57	3,23/-163,04
NTN-B MÉDIA (2035)	3,90/2.917,31	6,47/2.250,76	2,56/-666,55
NTN-B LONGA (2050)	3,95/3.145,10	6,51/2.244,23	2,56/-900,86

No caso da Fibra, parte dessa volatilidade não foi sentida porque optamos por precificar os papéis mais longos na curva, e não a mercado. Assim, em 2012, quando esses papéis tiveram forte valorização, o resultado contábil da Fibra não capturou esse superávit. Da mesma forma, em 2013, quando os mesmos papéis sofreram forte depreciação, o resultado contábil da Fibra também não capturou todo esse déficit.

Se esses títulos fossem “marcados a mercado”, a rentabilidade da carteira de renda fixa teria sido 27,82% em 2012 (contra os 18,07% contabilizados) e de -10,67% em 2013 (contra os 7,06% contabilizados).

Considerando a estratégia de longo prazo da Fibra e o alinhamento dos prazos de vencimento dos títulos às necessidades de pagamento de benefícios, as oscilações de curto prazo representadas pela marcação-a-mercado são meramente informativas, tendo em vista que o objetivo da Fundação é levar os títulos a vencimento.

Renda Variável

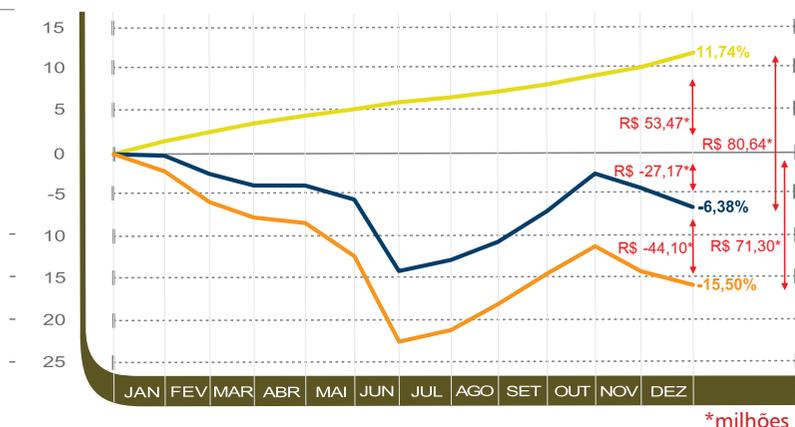
Visto como prolongamento da crise que começou em 2008, o ano de 2013 trouxe nova decepção aos investidores. O PIB registrou mais um ano de baixo crescimento (2,3%) e vem sofrendo com o crescimento tímido da produção industrial, impactada pelo aumento dos salários reais (até mesmo acima dos ganhos de produtividade), e pela apreciação cambial que reduziu os ganhos de produtividade.

“A FIBRA SOFREU COM A DESCONFIANÇA DOS INVESTIDORES”

Com a confiança dos investidores abalada, a Bolsa de Valores de São Paulo fechou o ano aos 51.507 pontos com contração de 15,5%, ficando abaixo do desempenho das bolsas globais e refletindo aspectos intrínsecos da economia brasileira, como o desempenho do PIB nos últimos anos e incertezas em relação à eficácia da política econômica em estimular a economia brasileira. Esse resultado também foi reflexo de uma combinação de fatores desfavoráveis, tais como: ⁽ⁱ⁾ o fraco desempenho do setor petrolífero, com destaque para as empresas OGX (que apresentaram forte desvalorização no ano) e Petrobras, ambas com participação representativa no índice, que causaram inclusive a mudança na metodologia do índice após 45 anos; ⁽ⁱⁱ⁾ o desaquecimento da economia chinesa, impactando diretamente as ações da Vale, que fecharam o ano com desvalorização significativa; e ⁽ⁱⁱⁱ⁾ a preocupação com a possibilidade do rebaixamento do *rating* do Brasil.

“A FIBRA DESCOLOU EM TORNO DE 10 PONTOS PERCENTUAIS EM RELAÇÃO AO IBOVESPA, SENDO O MAIOR DESCOLAMENTO DOS ÚLTIMOS ANOS”

Nesse contexto, a Fibra aumentou a parcela Ativa da carteira com a intenção de descorrelacioná-la dos índices de mercado. Para tanto, foi promovida a realocação estratégica, realizada no segundo semestre, reduzindo a exposição passiva em Ibovespa e realocando os ativos em Ibovespa Ativo e IBrX. Essas estratégias ajudaram a Fibra a agregar valor ao obter o maior descolamento positivo da carteira de Renda Variável (resultado de -6,38%), em relação ao Ibovespa que obteve um desempenho de -15,50%.

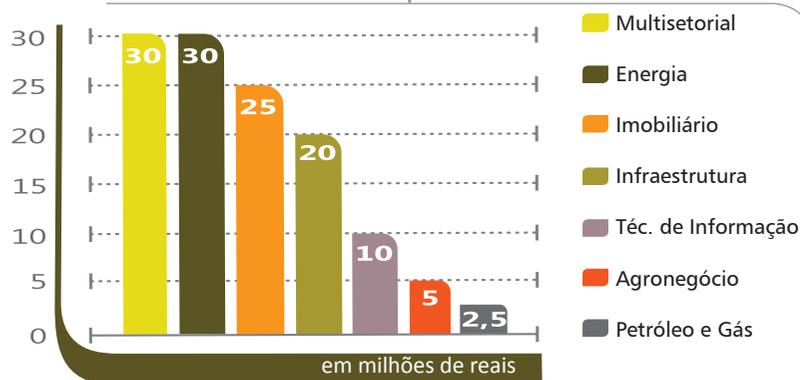


Mesmo com desempenho superior aos principais índices de mercado, a rentabilidade negativa de 6,38% obtida pela Fibra nesse segmento proporcionou um retorno negativo de R\$ 27,17 milhões, que foi R\$ 80,64 milhões inferior aos R\$ 53,47 milhões que seriam necessários para atingir a meta atuarial de 11,74%, conforme exposto no quadro ao lado.

Segmento de Estruturados

Neste exercício a Fibra manteve inalterada sua posição em Fundos de Investimento em Participações (FIP), pois alguns dos produtos que estavam no radar da Fundação tiveram sua captação postergada. Atualmente a carteira de FIPs engloba empresas de diversos setores, como: energia (projetos eólicos e pequenas centrais hidrelétricas - PCHs), *shopping centers*, portos, tecnologia da informação, agronegócio, exploração de petróleo, galpões logísticos, monitoramento de cargas, edifícios corporativos, empresas de logística, infraestrutura, mercado editorial e alimentos.

FIP's - Investimentos por Setor



Unidade Paraíso de Usina de Açúcar e Alcool - Brotas - SP

Parque Eólico - Santa Vitória do Palmar - RS



A carteira encerrou o ano com rentabilidade de 5,50%, em razão de que parte expressiva dos FIPs ainda está em fase de investimentos. O retorno positivo de R\$ 4,81 milhões foi R\$ 5,38 milhões inferior aos R\$ 10,19 milhões necessários para atingir a meta atuarial de 11,74%.

A Fibra segue com essa estratégia de investimento focada na economia real, ciente de que os retornos desses investimentos se dão ao longo do tempo, com um nível de retorno atrativo em relação aos riscos apresentados.

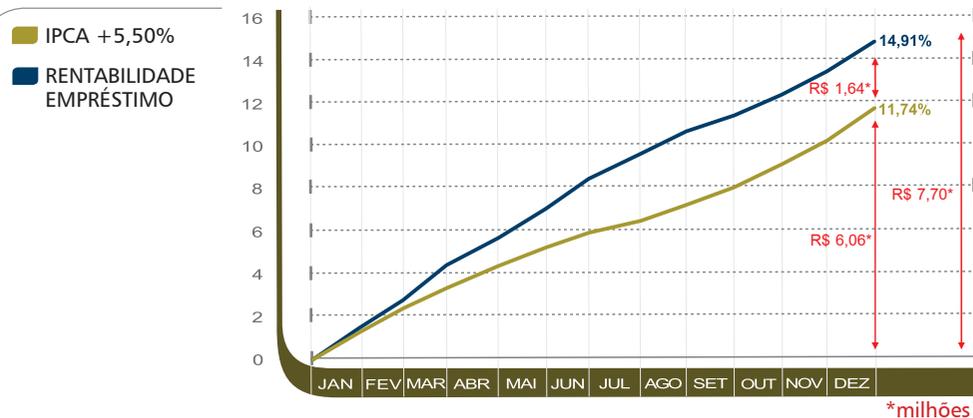


Carteira de Empréstimo Pessoal

A rentabilidade da carteira de empréstimos foi de 14,91%, acima da meta atuarial (11,74%). Essa carteira representa 2,43% da carteira de investimentos da Fibra, com um total de R\$ 58,7 milhões.

“NOVA ALTERNATIVA DE EMPRÉSTIMO AOS PARTICIPANTES”

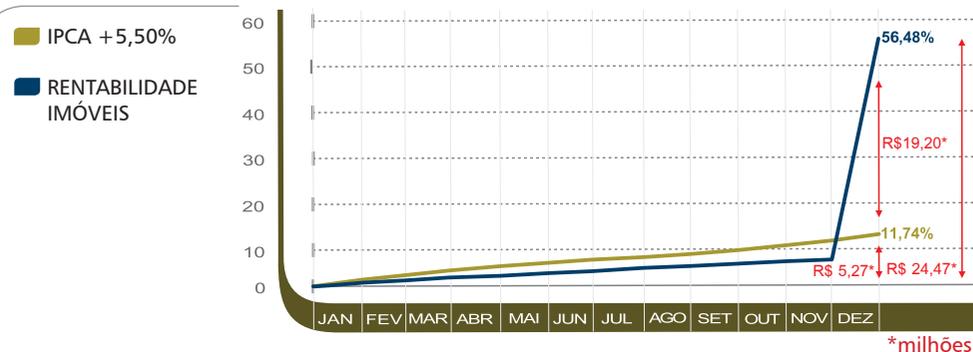
O destaque no ano foi o lançamento, em outubro, de uma nova modalidade de Empréstimo Pessoal, a Plus, que trouxe maior liberdade de escolha para os Participantes, além de equalizar a base do Empréstimo Pessoal,



abrangendo todos os Participantes. Em 2013, foram concedidos 1.585 empréstimos, representando um volume financeiro de R\$ 23,3 milhões (aumento de 10,29% em relação a 2012). Esse crescimento colaborou para que a carteira de empréstimos superasse o orçamento previsto para o ano em 27,19%, agregando em torno de R\$ 1,64 milhões à carteira da Fibra.

Carteira de Imóveis

A carteira de imóveis obteve rentabilidade de 56,48%, acima da meta atuarial de 11,74%. Essa rentabilidade expressiva foi decorrente da reavaliação dos ativos realizada em dezembro de 2013 (desconsiderada a reavaliação imobiliária realizada em dezembro, a rentabilidade da carteira teria sido 6,69%), em atendimento à legislação que determina a necessidade de reavaliação da carteira de imóveis, em até três anos, sendo que a última ocorreu em 2011. O resultado propiciou à Fibra superar o orçamento para o ano, considerando



a meta atuarial, agregando em torno de R\$ 19,20 milhões ao valor orçado para 2013. Os números refletem o bom momento vivido pelo mercado imobiliário brasileiro, sendo que Curitiba, onde estão localizados os ativos imobiliários da Fibra, foi uma das capitais com maior percentual de valorização imobiliária do País.

Principais Desafios em Relação a Investimentos

A estimativa é de que 2014 exija ainda mais dos investidores. A possibilidade de normalização dos juros nos Estados Unidos poderá exercer ainda mais pressão de alta no câmbio e nos juros das economias emergentes, como a brasileira. Outro fator a ser considerado é a resiliência da inflação, que permite pouca margem de manobra com preços livres ainda pressionados e preços administrados defasados, que necessitam reajustes. Os desafios serão ainda maiores ao considerar-se a necessidade de atendimento à legislação de redução escalonada da meta atuarial até 2018 (para 4,50%).

Nesse cenário, caracterizado ainda por baixo crescimento econômico e deterioração fiscal, a cautela deverá ser novamente a tônica na tomada de decisões. A gestão eficiente na carteira de títulos públicos, observando cuidadosamente a evolução da inflação e dos indicadores de crescimento econômico, será significativa para fazer frente aos desafios que virão. Por outro lado, na renda variável, o foco deverá ser em produtos que agregam valor por meio de gestão diferenciada e ativa, e com menor aderência aos principais índices de bolsa. Em ambos os casos a Fibra permanecerá focada na geração de valor à carteira de investimentos.

Finalmente, e não menos importante, a diversificação de ativos da carteira de investimentos da Fibra deverá, novamente, representar a melhor alternativa para enfrentar os desafios de alocação de recursos em 2014, sempre levando em consideração as sugestões apresentadas pelo estudo ALM e o balanceamento entre risco e retorno.





GESTÃO ESTRATÉGICA

Os Desafios da Fibra em uma Gestão Compartilhada

GOVERNANÇA CORPORATIVA

CONSELHO DELIBERATIVO

3 indicados por ITAIPU,
2 eleitos pelos Ativos,
1 eleito pelos Assistidos.

CONSELHO FISCAL

2 indicados por ITAIPU,
1 eleito pelos Ativos,
1 eleito pelos Assistidos.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

3 indicados por ITAIPU,
2 eleitos pelos Ativos,
1 eleito pelos Assistidos.

DIRETORIA EXECUTIVA

3 nomeados por ITAIPU.

“GESTÃO COMPARTILHADA
ALIADA À
INOVAÇÃO E MELHORIA
CONTÍNUA”

Ao longo desses 25 anos, muitos desafios foram superados, o que só foi possível porque a Fundação contou com o apoio dos seus Colegiados (quadro acima). Esse modelo de gestão, aliado à inovação e à melhoria contínua, permitiu que Fibra continuasse administrando seu Plano de Benefícios com transparência, integridade e ética, valores imprescindíveis para a realização de uma boa gestão e uma governança corporativa adequada.

Planejamento Estratégico e Gestão de Riscos

Utilizando ferramentas de gestão como Planejamento Estratégico e Gestão de Riscos, a Fibra norteia seus esforços para superação dos desafios inerentes ao cumprimento da sua Missão.

Participação nos Resultados (PR)

O Programa de Participação nos Resultados (PR) é composto por metas relacionadas aos projetos do ano, oriundos do Planejamento Estratégico, da Gestão de Riscos e dos indicadores do Sistema de Gestão da Qualidade. Esses projetos foram desenvolvidos por meio do esforço da equipe de 35 empregados da Fibra. O resultado alcançado no ano foi de 96,36% das metas atingidas.

Esse instrumento visa motivar e aumentar a produtividade do quadro de pessoal. O critério estabelecido para pagamento de PR consiste em atingir a pontuação do somatório dos resultados de cada meta, sendo que as metas definidas em cada ano são submetidas à aprovação do Conselho Deliberativo e pactuadas entre a Fibra e os seus empregados, representados pelo Sindicato dos Securitários do Paraná.

Capacitação de Dirigentes e Desenvolvimento da Equipe Técnica

Para uma gestão mais capacitada, em sintonia com as mudanças da legislação, os empregados, dirigentes e representantes dos Colegiados participaram, em junho, do curso interno de qualificação para certificação CPA-10, da ANBIMA. Também participaram desse evento integrantes dos sindicatos que representam os empregados da Itaipu, a convite da Fibra.

“80% DOS ENVOLVIDOS
NO PROCESSO DECISÓRIO
DE INVESTIMENTOS ESTÃO
CERTIFICADOS”

Atualmente, cerca de 80% dos envolvidos no processo decisório de investimentos estão certificados. Existe também a preocupação com o desenvolvimento da equipe técnica que participa de cursos e treinamentos disponíveis no segmento, totalizando, neste ano, 1.150 horas de atividades realizadas.

Fiscalização e Auditorias

Em 2013, a Fibra passou por fiscalização da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, na qual foram observadas recomendações relacionadas a investimentos e hipóteses atuariais. Após esse trabalho, a Fibra alterou, em junho, a sua Política de Investimentos, com o intuito de tornar mais claro o processo de identificação, controle e reporte de desenquadramentos identificados na carteira de investimentos. Além disso, o Conselho Deliberativo, com o acompanhamento dos demais colegiados, aprovou a alteração da tábua biométrica para cálculo das provisões matemáticas.



RELACIONAMENTO

Participantes

De forma integrada e apoiada por um sistema de *Customer Relationship Management* - CRM, os diferentes canais de relacionamento - atendimento pessoal, 0800, serviços *on-line*, SMS, informativos impressos e eletrônicos, foram direcionados para maximizar a informação necessária com um mínimo de intervenção humana para esclarecimentos adicionais, priorizando o relacionamento individualizado e autorrealizável.

Confiança e Satisfação dos Participantes

9

A Pesquisa de Satisfação dos Participantes confirmou o esforço coletivo em busca da excelência. Em escala de 0 a 10, em um universo de 580 Participantes entrevistados, a nota média geral para a Fibra manteve-se em 9,0. Entre outros resultados, a pesquisa demonstrou que 99% dos participantes estão satisfeitos com o atendimento prestado e 98% aprovam o conteúdo da página na internet.

Patrocinador

- Implantação de um novo Relatório Gerencial, enviado mensalmente a todos os gestores.
- Participação no Programa de Integração do Novo Empregado (PINE), com palestras de apresentação do Plano de Benefícios da Fundação.
- Participação no Programa de Reflexão para Aposentadoria (PRA - Travessia), com o módulo *Políticas e Procedimentos para os Assistidos*.



■ Palestra no PRA

Colegiados

Eleição do Conselho Fiscal – No segundo semestre, foi realizado o processo eleitoral para a escolha dos representantes dos Participantes Ativos e Assistidos no Conselho Fiscal, cujo mandato tem início em 1º de abril de 2014 e término em 31 de março de 2017, sendo eleitos como representante dos Ativos a Sra. Adriana Moreira e como representante dos Assistidos o Sr. José Antonio Santos.

Comunidade Previdenciária e Mercado

- Participação no Conselho Deliberativo da ABRAPP – A Fibra foi reeleita para o mandato de 2014 a 2016.
- Participação em diversas comissões técnicas da ABRAPP.

Ações Sociais

10º Encontro de Participantes Itaipu e Fibra – Os 880 kg de alimentos não perecíveis e materiais de higiene pessoal arrecadados mediante doação dos participantes do Encontro foram entregues à Associação de Amparo aos Idosos de Foz do Iguaçu.

Campeonato de Futebol da Solidariedade da Previpar – O projeto conseguiu arrecadar 3.800 kg de alimentos não perecíveis. Destes, 412 kg foram arrecadados pela Fibra e doados para o Centro de Amparo aos Idosos Jesus Maria José em Curitiba.

Programa de Educação Financeira e Previdenciária – Aberto ao público em geral, o site do programa, disponível a partir da página da Fibra na Internet (www.fundacaoitai-pu.com.br), teve 8.425 acessos durante o ano. A pesquisa de opinião realizada no mês de agosto apontou que 60% dos Participantes consideraram o programa de educação financeira útil para seu planejamento.



Associação que recebeu as doações do 10º Encontro de Participantes Itaipu e Fibra



Comemoração 25 Anos

A comemoração do jubileu de prata da Fibra foi marcada por solenidades em Foz do Iguaçu e Curitiba, onde foi apresentado um vídeo com depoimentos de Participantes.



-  Solenidade em Curitiba
-  Solenidade em Foz do Iguaçu
-  10º Encontro de Participantes Itaipu e Fibra



Resumo do RAI - Relatório Anual de Informações

Em atendimento ao Capítulo II – Do Resumo do Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos - da Instrução PREVIC nº 5 de 01/11/2013, o quadro abaixo busca facilitar o acesso às informações, aos participantes, indicando a localização das informações no Relatório Anual de Informações - 2013 e em seus anexos.

ITEM DA INSTRUÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO
Situação Patrimonial do Plano de Benefícios (Inciso I, do Artigo 5º) I. Demonstração do ativo líquido e das mutações do ativo líquido do plano de benefícios.	I. Páginas 1 e 2 dos anexos do RAI. Ações do ativo líquido do plano de benefícios.
Repasse de Contribuições e detalhamento de Operações com o Patrocinador (Incisos II e III, do Artigo 5º) II. Não houve atraso no repasse das contribuições dos participantes e dos patrocinadores Itaipu e Fibra no exercício de 2013. III. As parcelas da dívida com o patrocinador Itaipu decorrentes do "Instrumento Particular de Rescisão de Dação em Pagamento", também foram pagas nos prazos estabelecidos.	II. Item "Receitas e Despesas Previdenciais", na página 14 do RAI. III. Nota explicativa 10, página 14 dos anexos do RAI.
Relatório dos auditores independentes e pareceres dos Conselho Fiscal e Deliberativo (Incisos IV e V, do Artigo 5º) IV e V. Os pareceres foram emitidos sem ressalvas.	IV e V. Páginas 18 e 19 dos anexos do RAI.
Composição dos investimentos do Plano de Benefícios e do PGA (Inciso I, do Artigo 6º) I. Carteira de investimentos do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa segmentadas.	I. Páginas 20 a 25 dos anexos do RAI.
Gestão dos investimentos – carteira própria e terceirizada (Inciso II, do Artigo 6º) II. Carteira de investimentos das gestões terceirizadas e própria, e sua distribuições entre os gestores.	II. Quadro "Demonstrativo por Tipo de Gestão : Terceirizada ou Própria", página 23 dos anexos do RAI.
Rentabilidade do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa (Inciso III, do Artigo 6º) III. Rentabilidade bruta e líquida de cada um dos segmentos de aplicação, com os índices de referência estabelecida nas Políticas de Investimentos.	III. Quadro "Rentabilidades" na página 25 dos anexos do RAI.
Variações Patrimoniais decorrentes de reavaliação de imóveis (Parágrafo único do Artigo 6º) I. Dados referentes à reavaliação de imóveis em 2013. II. Rentabilidade dos imóveis.	I. Nota explicativa "Investimentos Imobiliários", página 10 dos anexos do RAI. II. Item "Carteira de Imóveis", na página 21 do RAI.
Aderência da Taxa real de juros (Inciso I, do Artigo 8º) I. Parecer atuarial do Plano de Benefícios e texto explicativo com as informações sobre a adequação e aderência da taxa real de juros utilizada.	I. Páginas 15 a 18, dos anexos do RAI e no item "Taxa de juros atuarial", da página 10 do RAI.
Principais alterações em relação ao exercício anterior (Incisos II, do Artigo 8º) II. Parecer atuarial do Plano de Benefícios e textos explicativos com as premissas adotadas na avaliação atuarial de 2013 e as alterações realizadas em relação ao exercício anterior.	II. Páginas 15 a 18, dos anexos do RAI e nos itens constantes das páginas 8 a 13 do RAI.
Resultado atuarial do exercício de 2013 (Incisos III e IV, do Artigo 8º) III e IV. Parecer atuarial do Plano de Benefícios e textos explicativos com o resultado alcançado no exercício.	III e IV. Páginas 15 a 18, dos anexos do RAI e nos itens constantes das páginas 8 a 13 do RAI.
Despesas com a carteira de investimentos (Inciso I, do Artigo 9º) I. Despesas e os custos de gestão dos investimentos	I. Quadro "Custos de Gestão de Investimentos", página 25, dos anexos do RAI.
Despesas Administrativas (Incisos II, IV e V, do Artigo 9º) II, IV e V. As despesas administrativas contabilizadas no PGA são integralmente pagas pelo patrocinador Itaipu.	II, IV e V. Quadro "Despesas Administrativas Totais da Fibra", página 25 dos anexos do RAI.
CrITÉRIOS e indicadores utilizados para pagamento de remuneração variável (Inciso III, do Artigo 9º) III - CrITÉRIOS e indicadores utilizados na Participação nos Resultados para os empregados da Fibra.	III. Item "Participação nos Resultados" na página 24 do RAI.

BALANÇO PATRIMONIAL

CONSOLIDADO

	R\$ mil			R\$ mil	
ATIVO	31/12/2013	31/12/2012	PASSIVO	31/12/2013	31/12/2012
DISPONÍVEL	54	189	EXIGÍVEL OPERACIONAL	8.122	7.410
			Gestão Previdencial	4.027	3.552
			Gestão Administrativa	834	843
			Investimentos	3.261	3.015
REALIZÁVEL	2.652.696	2.572.336	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	155.820	148.107
Gestão Previdencial	91.912	91.416	Gestão Previdencial	5.294	2.558
Gestão Administrativa	4.726	3.748	Gestão Administrativa	3.689	2.832
			Investimentos	146.837	142.717
INVESTIMENTOS	2.556.058	2.477.172	PATRIMÔNIO SOCIAL	2.489.453	2.417.467
Títulos Públicos	1.497.576	1.531.077	Patrimônio de Cobertura do Plano	2.460.899	2.391.960
Créditos Privados e Depósitos	11.746	43.163	Provisões Matemáticas	2.614.275	2.332.953
Fundos de Investimento	808.799	696.026	Benefícios Concedidos	1.729.373	1.538.139
Investimentos Imobiliários	67.430	47.111	Benefícios a Conceder	932.770	841.157
Empréstimos	58.675	53.209	(-)Provisões Matemáticas a Constituir	(47.868)	(46.343)
Depósitos Judiciais/Recursais	111.832	106.586	Equilíbrio Técnico	(153.376)	59.007
			Resultados Realizados	(153.376)	59.007
			Déficit/Superávit Técnico Acumulado	(153.376)	59.007
PERMANENTE	645	459	FUNDOS	28.554	25.507
Imobilizado	457	359	Fundos Administrativos	25.259	22.790
Intangível	188	100	Fundos dos Investimentos	3.295	2.717
TOTAL DO ATIVO	2.653.395	2.572.984	TOTAL DO PASSIVO	2.653.395	2.572.984

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

CNPB 19880012-18

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012	Variação (%)
1. Ativos	2.648.872	2.569.309	3,10
Disponível	49	185	(73,51)
Recebível	117.325	114.383	2,57
Investimento	2.531.498	2.454.741	3,13
Títulos Públicos	1.487.347	1.515.644	(1,87)
Créditos Privados e Depósitos	11.746	43.164	(72,79)
Fundos de Investimento	794.468	689.027	15,30
Investimentos Imobiliários	67.430	47.111	43,13
Empréstimos	58.675	53.209	10,27
Depósitos Judiciais/Recursais	111.832	106.586	4,92
2. Obrigações	159.418	151.842	4,99
Operacional	7.288	6.567	10,98
Contingencial	152.130	145.275	4,72
3. Fundos não Previdenciais	28.554	25.507	11,95
Fundos Administrativos	25.259	22.790	10,83
Fundos dos Investimentos	3.295	2.717	21,27
4. Ativo Líquido (1-2-3)	2.460.899	2.391.960	2,88
Provisões Matemáticas	2.614.275	2.332.953	12,06
Déficit / Superávit Técnico	(153.376)	59.007	(359,93)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

CONSOLIDADA

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012	VARIAÇÃO (%)	R\$ mil
A) Patrimônio Social - início do exercício	2.417.467	2.116.697	14,21	
1. Adições	225.472	438.953	(48,63)	
(+) Contribuições Previdenciais	81.399	77.677	4,79	
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	129.583	347.365	(62,70)	
(+) Receitas Administrativas	11.905	10.573	12,60	
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	2.006	2.645	(24,16)	
(+) Reversão de Contingências - Gestão Administrativa	0	143	(100,00)	
(+) Constituição de Fundos de Investimentos	579	550	5,27	
2. Destinações	(153.485)	(138.183)	11,07	
(-) Benefícios	(141.656)	(126.483)	12,00	
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(387)	(347)	11,53	
(-) Despesas Administrativas	(11.442)	(11.353)	0,78	
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	71.987	300.770	(76,07)	
(+) Provisões Matemáticas	281.322	314.070	(10,43)	
(-) Deficit Técnico do Exercício	(212.383)	(15.857)	1.239,36	
(+) Fundos Administrativos	2.469	2.007	23,02	
(+) Fundos dos Investimentos	578	550	5,09	
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	2.489.454	2.417.467	2,98	

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

CNPB 19880012-18

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012	VARIAÇÃO (%)	R\$ mil
A) Ativo Líquido - início do exercício	2.391.960	2.093.747	14,24	
1. Adições	222.887	435.615	(48,83)	
(+) Contribuições	93.304	88.250	5,73	
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	129.583	347.365	(62,70)	
2. Destinações	(153.948)	(137.402)	12,04	
(-) Benefícios	(141.656)	(126.483)	12,00	
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(387)	(347)	11,53	
(-) Custeio Administrativo	(11.905)	(10.572)	12,61	
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	68.939	298.213	(76,88)	
(+) Provisões Matemáticas	281.322	314.070	(10,43)	
(-) Deficit Técnico do Exercício	(212.383)	(15.857)	1.239,36	
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	2.460.899	2.391.960	2,88	
C) Fundos não previdenciais	28.554	25.507	11,95	
(+) Fundos Administrativos	25.259	22.790	10,83	
(+) Fundos dos Investimentos	3.295	2.717	21,27	

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

CONSOLIDADA

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012	VARIAÇÃO (%)	R\$ mil
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	22.790	20.783	9,66	
1. Custeio da Gestão Administrativa	13.911	13.360	4,12	
1.1. Receitas	13.911	13.360	4,12	
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	11.905	10.573	12,60	
Resultado Positivo dos Investimentos	2.006	2.645	(24,16)	
Reversão de Contingências	0	142	(100,00)	
2. Despesas Administrativas	(11.442)	(11.353)	0,78	
2.1. Administração Previdencial	(7.282)	(7.294)	(0,16)	
Pessoal e encargos	(4.894)	(5.091)	(3,87)	
Treinamentos/congressos e seminários	(37)	(41)	(9,76)	
Viagens e estadias	(221)	(164)	34,76	
Serviços de terceiros	(911)	(813)	12,05	
Despesas gerais	(1.128)	(1.102)	2,36	
Depreciações e amortizações	(91)	(83)	9,64	
2.2. Administração dos Investimentos	(4.160)	(4.059)	2,49	
Pessoal e encargos	(2.909)	(2.897)	0,41	
Treinamentos/congressos e seminários	(33)	(33)	0	
Viagens e estadias	(208)	(133)	56,39	
Serviços de terceiros	(642)	(635)	1,10	
Despesas gerais	(294)	(301)	(2,33)	
Depreciações e amortizações	(74)	(60)	23,33	
4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	2.469	2.007	23,02	
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	2.469	2.007	23,02	
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	25.259	22.790	10,83	

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

CNPB 19880012-18

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012	VARIAÇÃO (%)	R\$ mil
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	2.623.613	2.546.519	3,03	
1. Provisões Matemáticas	2.614.275	2.332.953	12,06	
1.1. Benefícios Concedidos	1.729.373	1.538.139	12,43	
Benefício Definido	1.729.373	1.538.139	12,43	
1.2. Benefício a Conceder	932.770	841.157	10,89	
Benefício Definido	932.770	841.157	10,89	
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(47.868)	(46.343)	3,29	
(-) Serviço passado	(47.868)	(46.343)	3,29	
(-) Patrocinador(es)	(47.868)	(46.343)	3,29	
2. Equilíbrio Técnico	(153.376)	59.007	(359,93)	
2.1. Resultados Realizados	(153.376)	59.007	(359,93)	
Superávit técnico acumulado	0	59.007	(100,00)	
Reserva de contingência	0	59.007	(100,00)	
(-) Déficit técnico acumulado	(153.376)	0	100,00	
3. Fundos	3.295	2.717	21,27	
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	3.295	2.717	21,27	
4. Exigível Operacional	7.288	6.567	10,98	
4.1 Gestão Previdencial	4.027	3.552	13,37	
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	3.261	3.015	8,16	
5. Exigível Contingencial	152.131	145.275	4,72	
5.1 Gestão Previdencial	5.294	2.558	106,96	
5.2 Investimentos - Gestão Previdencial	146.837	142.717	2,89	

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 EM MILHARES DE REAIS.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Itaipu - BR de Previdência e Assistência Social - Fibra, entidade patrocinada pela ITAIPU Binacional (entidade jurídica de direito internacional) e pela própria Fundação, é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, autorizada a funcionar por prazo indeterminado pela Portaria nº 4.367, de 30 de novembro de 1988, do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a entidade tem como finalidade principal, suplementar os benefícios previdenciários a que têm direitos os participantes e respectivos dependentes, nos termos do regulamento e do seu plano de benefícios e de custeio.

Em 31 de dezembro de 2013, a entidade encontra-se enquadrada nos limites estabelecidos pela Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional.

O Plano de Benefícios da Fibra é único e pertence à modalidade de "Benefício Definido", tendo como principal objetivo, suplementar o benefício de aposentadoria, concedido pela Previdência Social, limitado às carências previstas pelo regulamento.

Os benefícios abrangidos pelo plano de benefícios da Fibra são os seguintes:

- Suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição;
- Suplementação de aposentadoria por invalidez;
- Suplementação de aposentadoria por idade;
- Suplementação de aposentadoria especial;
- Suplementação de pensão;
- Benefício especial temporário por morte;
- Auxílio-reclusão;
- Auxílio-funeral por morte de beneficiário;
- Suplementação do abono anual.

Os níveis básicos dos benefícios, bem como suas respectivas elegibilidades são previstos pelo regulamento.

A estrutura de gestão dos investimentos é realizada internamente pela própria entidade e por intermédio de gestores contratados, conforme definido na sua política de investimentos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. LEGISLAÇÃO

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e em consonância às diretrizes contábeis estabelecidas

pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, órgão do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPS, aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar. Foi também observada, a ITG 2001, que estabeleceu critérios e procedimentos específicos para estruturação das demonstrações contábeis, para registro das operações e variações patrimoniais, bem como para o conteúdo mínimo das Notas Explicativas a serem adotadas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC.

Essas demonstrações não requerem a apresentação segregada de ativos e passivos circulantes e de longo prazo e incluem a totalidade dos ativos e passivos do plano de benefícios e do Plano de Gestão Administrativa – PGA mantidos pela Fundação.

2.2. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, emanados da legislação societária brasileira e em atendimento a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e alterações introduzidas pela Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013, além da ITG 2001 – Entidades Fechadas de Previdência Complementar, e abrangem as demonstrações contábeis da Fundação ITAIPU-BR de Previdência e Assistência Social, relativas ao Plano de Benefícios cadastrado no CNPB 19880012-18 e ao Plano de Gestão Administrativa – PGA, da Fundação.

No processo de consolidação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013, conforme estabelece os itens 28 e 29, do Anexo A, da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, foram efetuadas as seguintes eliminações, referente às operações entre o Plano de Benefícios e o Plano de Gestão Administrativa – PGA, para não apresentar valores em duplicidade no patrimônio da fundação:

Item	Conta Contábil	Nome da Conta	2013	2012
1.	Plano de Benefícios 1.2.1.9.06	Valores a Receber do PGA	154	177
2.	1.2.2.3.01	Participação no Plano de Gestão Administrativa - PGA	25.259	22.790
3.	2.3.2.2.02.01	Participação no Fundo Administrativo - PGA	(25.259)	(22.790)
4.	Plano de Gestão Administrativa 2.1.2.9.01.02	Valores a Pagar para o Plano de Benefícios	(154)	(177)

(1) saldo da conta a receber do Plano de Gestão Administrativa – PGA, relativo as contribuições dos empregados descontados em Folha de Pagamento e das contribuições patronais da patrocinadora Fibra, a ser repassada ao Plano de Benefícios em janeiro de 2014.

(2) participação no Plano de Gestão Administrativa, registrada no ativo do Plano de Benefícios, relativo ao fundo administrativo por ele constituído, conforme estabelece a PREVIC (contrapartida da conta 2.3.2.2.02.01).

(3) participação no Fundo Administrativo - PGA, registrada no passivo do Plano de Benefícios, relativo ao fundo administrativo por ele constituído, conforme estabelece a PREVIC (contrapartida da conta 1.2.2.3.01).

(4) saldo da conta a pagar para o Plano de Benefícios, relativo às contribuições dos empregados descontados em Folha de Pagamento e das contribuições patronais da patrocinadora Fibra, a ser repassada ao Plano de Benefícios em janeiro de 2014..

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Em atendimento à Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, as alterações introduzidas por meio da Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013, a Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009, que estabeleceram normas específicas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, respectivamente e em atendimento à ITG 2001, que estabeleceu critérios e procedimentos específicos para estruturação das demonstrações contábeis, para registro das operações e variações patrimoniais, bem como para o conteúdo mínimo das Notas Explicativas a serem adotadas pelas EFPC, apresentamos a seguir, as principais práticas contábeis utilizadas para a elaboração das demonstrações contábeis:

3.1. APURAÇÃO DE RESULTADOS - Superávit Técnico/Déficit Técnico

O resultado dos exercícios, ou seja, Déficit Técnico (2013) e o Superávit Técnico (2012) do Plano de Benefícios foram apurados pelo regime de competência.

3.2. INVESTIMENTOS

• TÍTULOS PÚBLICOS, CRÉDITOS PRIVADOS, DEPÓSITOS E FUNDOS DE INVESTIMENTOS

Considerando as disposições das Resoluções do CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, e CGPC nº 22, de 25 de setembro de 2006, os títulos e valores mobiliários são classificados em:

- (i) Títulos para negociação – quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição; e
- (ii) Títulos mantidos até o vencimento – quando a intenção da administração, e considerando a capacidade financeira da entidade, é manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimento e classificação de risco do título.

Os títulos classificados no item (i) acima são avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos em conta específica na demonstração do resultado do exercício.

Os títulos classificados no item (ii) acima são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

• INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Demonstrados ao custo de aquisição e ajustado a valor de mercado por reavaliação efetuada em dezembro de 2013, suportada por laudos técnicos, menos depreciação acumulada e acrescida dos aluguéis a receber e direitos de alienações de imóveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, pelo prazo de vida útil restante para os imóveis reavaliados.

• OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

Registra as operações de empréstimos concedidos a participantes (ativos e assistidos). As operações feitas anteriormente a 2003 são atualizadas pelo índice Taxa Referencial - TR, acrescidas de juros de 1% ao mês, enquanto que as operações efetuadas a partir de 2003 são atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, acrescidas de juros de 0,7% ao mês, IOF e seguro.

• PROVISÃO PARA PERDAS

Constituída considerando a avaliação de riscos de crédito em investimentos realizados em instituições sob regime especial ou considerados de difícil realização, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas.

3.3. ATIVO PERMANENTE

Os valores estão demonstrados ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, as adições a partir de 1996 estão demonstradas pelo custo de aquisição e consideram ainda:

IMOBILIZADO

- Depreciação anual de 10% para móveis e utensílios e para máquinas e equipamentos (10 anos) e 20% para computadores e periféricos (5 anos), calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica do bem estimada na aquisição.

INTANGÍVEL

- Amortização realizada pela taxa anual de 20% (5 anos).

3.3.1. O ATIVO PERMANENTE TEVE A SEGUINTE EVOLUÇÃO:

	2013	2012
Imobilizado	457	359
Saldo inicial	359	415
Adições no exercício	202	154
Deduções do período (*)	0	(109)
(-) Depreciações no exercício	(104)	(101)
Intangível	188	100
Saldo inicial	100	111
Adições no exercício	148	30
(-) Amortizações no exercício	(60)	(41)
Saldo do Ativo Permanente	645	459

(*) Em 2012, a baixa dos custos históricos refere-se aos bens inservíveis doados à FAS – Fundação de Assistência Social de Curitiba e a Associação Cristã de Deficientes Físicos – ACDD de Foz de Iguaçu.

3.3.2. A COMPOSIÇÃO DO ATIVO PERMANENTE É A SEGUINTE:

	2013	2012
Imobilizado	457	359
Móveis e Utensílios	57	64
Custo de aquisição	207	207
(-) Depreciações acumuladas	(150)	(143)
Máquinas e Equipamentos	116	122
Custo de aquisição	246	233
(-) Depreciações acumuladas	(130)	(111)
Computadores e Periféricos	280	170
Custo de aquisição	721	534
(-) Depreciações acumuladas	(441)	(364)
Telefone	2	3
Custo de aquisição	4	4
(-) Depreciações acumuladas	(2)	(1)
Imobilização em andamento	2	0
Custo de aquisição	2	0
Intangível	188	100
Custo de aquisição	375	226
(-) Amortizações acumuladas	(187)	(126)
Saldo do Ativo Permanente	645	459

3.4. EXIGÍVEL OPERACIONAL

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

3.5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Os valores registrados no exigível contingencial, relativos a Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF no Grupo Investimentos, que por decisão judicial estão com a exigibilidade suspensa, estão apresentados pelos valores históricos atualizados e líquidos dos seus respectivos depósitos judiciais.

Durante o exercício de 2004, a Fundação depositou o IRRF judicialmente, tomando como base à alíquota de 20% sobre os rendimentos auferidos, limitado a 12% da contribuição da patrocinadora, conforme estabelece a Medida Provisória MP nº 2.222, de 04 de setembro de 2001. (nota explicativa 6).

Com a publicação da Lei nº 11.053, em 29 de dezembro de 2004, a partir de 01 de janeiro de 2005, a fundação passou a ser isenta do pagamento do imposto de renda.

3.6. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas do plano de benefícios são determinadas em bases atuariais, segundo cálculos da consultoria atuarial externa Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda, contratada pela entidade, e representam, ao fim de cada período, os compromissos acumulados relativamente aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou aos seus beneficiários.

A entidade adota o método de crédito unitário projetado para o cálculo das provisões matemáticas de todos os benefícios, exceto os relativos a auxílio reclusão e o benefício especial temporário por morte, que foram avaliados pelos métodos de capital de cobertura e o auxílio funeral pelo método de repartição simples, respectivamente. A estrutura do cálculo atuarial considera crescimento salarial médio de 2,25% (2,19% em 2012) ao ano, uma taxa de rotatividade média de 0,13% ao ano (0,13% em 2012) e uma taxa de desconto atuarial à razão de 5,50% (5,50% em 2012) ao ano depois de descontados os efeitos da inflação.

3.6.1. MÉTODOS DE FINANCIAMENTO E HIPÓTESES ATUARIAIS UTILIZADAS NAS REAVALIAÇÕES ATUARIAIS

Na avaliação atuarial foram adotados os seguintes métodos de financiamento e hipóteses, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo, por meio da Resolução nº 22, de 16 de dezembro de 2013:

Item	Hipoteses Atuariais Utilizadas na Reavaliação	2013	2012
1.	Taxa Real de Juros	5,50%	5,50%
2.	Reajuste Salarial	7,32%	6,77%
3.	Crescimento Real de Salário	2,25%	2,19%
4.	Fator de Capacidade de Salário	1,00	1,00
5.	Fator de Capacidade de Benefício	0,9758	0,9810

Item	Hipoteses Atuariais Utilizadas na Reavaliação	2013	2012
6.	Rotatividade	0,13%	0,13%
7.	Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 desagravada em 20%	AT-2000 desagravada em 10%
8.	Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-83 desagravada em 10%	AT-83 desagravada em 10%
9.	Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT FRACA	LIGHT FRACA
10.	Composição Familiar	Família Média – HX (12 agravada em 22,26%)	Família Média – HX (12) agravada em 22,77%

DEFINIÇÕES:

1. taxa de juros para cálculo de desconto atuarial;
2. IPCA - indexador utilizado pelos patrocinadores;
3. percentual aplicado através de ajuste da curva logística, que expressa o crescimento salarial, ao longo da carreira;
4. fator atuarial que reflete a perda do poder aquisitivo do salário entre duas datas sucessivas, com base na última reavaliação atuarial;
5. fator atuarial que reflete a perda do poder aquisitivo do benefício entre duas datas sucessivas, com base na última reavaliação atuarial;
6. percentual calculado atuarialmente com base nas entradas e saídas de pessoal, ocorridas nos patrocinadores;
7. base estatística, financeira e atuarial para cálculo de rendas futuras, com base na expectativa de vida e morte do participante;
8. base estatística, financeira e atuarial para cálculo de rendas futuras, com base na experiência de mortalidade de inválidos;
9. base estatística, financeira e atuarial para cálculo de rendas futuras, com base na experiência de entrada em invalidez;
10. cálculo de reversão de benefício em pensão por morte de participante ativo ou aposentado.

• BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

A provisão de benefícios concedidos representa o valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da entidade para com os participantes que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, ou seja, aposentadorias e pensões.

• BENEFÍCIOS A CONCEDER

A provisão de benefícios a conceder representa a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da entidade e o valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras e dos participantes, conforme descrito a seguir:

(i) os benefícios do plano com a geração atual correspondem ao valor atual dos benefícios a serem concedidos aos participantes que ainda não estejam em gozo de benefício de prestação continuada.

(ii) outras contribuições da geração atual registram o valor atual das contribuições futuras, com prazo de vigência indeterminado, a serem realizadas pelas patrocinadoras, excluindo-se toda e qualquer contribuição cujo recebimento dependa do ingresso de novos participantes no plano (ou de novos empregados das patrocinadoras), bem como as contribuições a serem recolhidas pelas patrocinadoras sobre o valor dos benefícios a serem pagos aos integrantes da geração atual.

• PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR

Correspondem à parcela de provisão a constituir relativa ao tempo de serviço passado, vinculado à Previdência Social dos participantes fundadores, conforme estabelece o inciso II do Artigo 19, do Regulamento do Plano de Benefícios da Fibra. A metodologia de cálculo da Provisão Matemática a Constituir, bem como a atualização de seu saldo devedor, foi elaborada pelo atuário responsável quando da constituição do Plano e aplicada deste então. O detalhamento do cálculo das provisões matemáticas a constituir é o seguinte:

a. Cálculo original: Montante apurado na criação da Fundação, considerando a massa de participantes e as premissas atuariais vigentes àquela época, que resultou em um custo suplementar a amortizar em 40 anos, correspondente a 2,32% do total da folha de remuneração dos empregados das patrocinadoras;

b. Prazo de amortização: 480 meses a contar da data de constituição da Fundação, em abril de 1988, restando 171 parcelas para sua amortização total. Os prazos estabelecidos para amortização da provisão matemática a constituir não estão sujeitos aos prazos máximos estabelecidos nos itens 10 e 11 do Regulamento do Anexo à Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, por ter sido aprovada antes de 05 de setembro de 2002, conforme exceção prevista no item 12, do Anexo à citada Resolução;

c. Valor das parcelas: Valor correspondente à aplicação de taxa Suplementar de 2,32% sobre a folha de salários dos empregados dos patrocinadores ITAIPU Binacional e Fibra. O patrocinador ITAIPU contribuiu com R\$ 4.456 em 2013 (R\$ 4.105 em 2012) e o patrocinador Fibra com R\$ 90 em 2013 (88 em 2012);

d. Data de vencimento das parcelas: A data de vencimento das parcelas destinadas à cobertura da provisão matemática a constituir é de até o dia 10 do mês subsequente ao de competência, conforme estabelece o artigo 20 do Regulamento do Plano de Benefícios da Fundação;

e. Penalidade por atraso no pagamento das parcelas mensais: De acordo com o §1º do Artigo 21 do Regulamento do Plano de Benefícios, no caso de atraso no pagamento das parcelas mensais destinadas a dar cobertura à provisão matemática a constituir, os encargos serão calculados da seguinte forma: i) multa de 2% sobre a totalidade do débito, sem prejuízo da atualização monetária e juros reais mensais de 0,5%, calculados pro rata dia ou encargos correspondentes às exigências atuariais de rentabilidade, o que for maior;

f. Taxa de Juros do recálculo atuarial anual: Para fins de apuração do valor a ser contabilizado anualmente como saldo devedor, utiliza-se a mesma taxa vigente nos cálculos atuariais, que em 31 de dezembro de 2013 corresponde a 5,5% ao ano; e

g. Saldo Devedor: O saldo devedor é reavaliado anualmente pelo cálculo da anuidade que leva em conta a taxa de juros atuarial vigente, a folha de pagamentos com crescimento salarial e o nº de parcelas de pagamento da dívida até sua extinção. Mensalmente é atualizado a partir do resultado obtido na avaliação do final do exercício, pelo método de recorrência, aplicando-se o percentual de 2,32% sobre a folha de pagamento corrigida, utilizando o indexador do Plano (IPCA) mais juros atuariais de 5,5% ao ano. Do saldo devedor em 31 de dezembro de

2013 de R\$ 47.868, R\$ 46.808, refere-se ao patrocinador ITAIPU e R\$ 1.060 é de responsabilidade do patrocinador Fibra.

3.7. FUNDOS

• PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

Permanente

Compreende um fundo constituído pelos valores registrados no ativo permanente. Sua finalidade é segregar os recursos da gestão administrativa dos recursos da gestão previdencial, com o objetivo de retirá-lo do ativo líquido que garante as provisões matemáticas.

Financeiro

A contribuição para atender aos gastos administrativos da Fibra, segundo os procedimentos de execução financeira com relação às contribuições do patrocinador ITAIPU Binacional para a entidade, é repassada pelo limite de 15% das contribuições e as eventuais sobras, entre esse limite e o valor efetivamente realizado, são mensalmente contabilizadas no fundo administrativas, para custeio futuro.

• INVESTIMENTOS

Constitui a reserva de garantia de empréstimos para fazer face à cobertura do saldo devedor dos empréstimos contraídos pelos participantes que vierem a falecer, bem como para quitar débitos previdenciários dos assistidos e pensionistas.

3.8. RECURSOS DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

Os recursos da gestão administrativa, relativos à sobrecarga administrativa, são contabilizados na gestão previdencial e transferidos desta para a gestão administrativa para cobertura das despesas administrativas, conforme estabelece as normas da PREVIC.

3.9. CUSTEIO ADMINISTRATIVO - PGA

O Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC, por meio da Resolução nº 29, de 31 de agosto de 2009, estabeleceu as regras para o custeio administrativo dos fundos de pensão. A resolução atribuiu ao Conselho Deliberativo a competência de definir limites e as fontes para o custeio administrativo, bem como os indicadores quantitativos e qualitativos de gestão dos gastos administrativos.

Além disso, a legislação estabelece a necessidade de total segregação financeira e contábil, dos recursos administrativos em relação aos recursos previdenciários, inclusive com a elaboração de uma política de investimentos para o Plano de Gestão Administrativa – PGA, a exemplo do que ocorre com o Plano de Benefícios.

Diante disto, o Conselho Deliberativo da Fundação, por meio da RCD nº 25/2011, aprovou o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que passou a vigorar a partir de janeiro de 2011, onde além de outras regras, estabelece o seguinte: manutenção da sobrecarga administrativa, como única fonte de custeio administrativo da Fibra e que os recursos do fundo administrativo serão aplicados exclusivamente em investimentos de renda fixa, cuja política de investimentos é aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo.

Os indicadores de Gestão Administrativa e suas metas, para o exercício de 2013,

foram estabelecidos pelo Conselho Deliberativo, por meio da RCD nº 10/2012, de 07 de dezembro de 2012, e são:

a. Taxa de Administração Hipotética - Fórmula [(Despesas Administrativas Totais/Recursos Garantidores) x 100]. Seu objetivo é mensurar a relação das Despesas Administrativas sobre os Recursos Garantidores da Fibra. A meta para 2013 para este indicador era ficar abaixo de 0,6% e foi realizado 0,45% (0,46% em 2012);

b. Taxa de Carregamento Hipotética - Fórmula [(Despesas Administrativas Totais / (Contribuições + Benefícios)) x 100]. Seu objetivo é medir a relação das Despesas Administrativas sobre o fluxo Previdencial (Contribuições + Benefícios). A meta para 2013 era ficar abaixo de 7% e foi realizado 5,18% (5,76% em 2012);

c. Controle do Orçamento Administrativo - sua forma de controle baseia-se no acompanhamento das despesas realizadas/despesas orçadas, objetivando verificar o percentual de assertividade da execução do orçamento administrativo. A meta para 2013 era de assertividade superior a 90% e foi realizado 96,53%(93,77% em 2012); e

d. Cumprimento das Metas da PR 2013 - orientado para pelo acompanhamento do percentual de conclusão das metas estabelecidas no Programa de Participação nos Resultados, tendo como objetivo verificar de forma ampla o desempenho quali-quantitativo da Fibra. A meta para 2013 era superar 90% de assertividade e foi realizado 96,36% (98,36% em 2012).

4. REALIZÁVEL

4.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

	2013	2012
Recursos a receber	5.374	4.877
Contribuições normais e de autopatrocinadores	4.656	4.225
Patrocinador ITAIPU Binacional	4.642	4.214
Autopatrocinadores e Participantes	14	11
Contribuições extraordinárias – patrocinador ITAIPU Binacional	718	652
Contribuições contratadas – patrocinador ITAIPU Binacional	83.299	85.219
Outras contratações - Rescisão de Dação em Pagamento (nota explicativa 10)	83.299	85.219
Depósitos Judiciais/Rekursais	1.416	1.319
Depósitos Judiciais/Rekursais	1.416	1.319
Outros realizáveis – patrocinador ITAIPU Binacional	1.823	1
Valores a receber do patrocinador ITAIPU - Art. 79 do Regulamento (nota explicativa 6.2)	1.823	1
	91.912	91.416

As contribuições a Receber de R\$ 154 (R\$ 177 em 2012), relativas às contribuições do patrocinador Fibra e de seus empregados do mês de dezembro e 13º salário de 2013, são registradas no Plano de Benefícios na conta 1.2.1.9.06 – valores a receber do PGA e serão repassadas pelo PGA para o Plano de Benefícios, até o dia 10 de janeiro de 2014. (ver item “4”, da Nota Explicativa 2.2).

4.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

	2013	2012
Contas a Receber	1.035	902
Sobrecarga Administrativa – patrocinador ITAIPU Binacional	1.035	902
Despesas antecipadas	1	14
Adiantamentos	1	14
Depósitos Judiciais/Rekursais	3.690	2.832
Depósitos Judiciais – PIS	516	396
Depósitos Judiciais – COFINS	3.174	2.436
Depósitos Recursais - trabalhistas	0	0
	4.726	3.748

4.3. INVESTIMENTOS

COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS - DB E PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

Tipos de Investimento	2013		2012	
	Custo Histórico de Aquisição	Valor Contábil	Custo Histórico de Aquisição	Valor Contábil
Títulos Públicos	1.192.184	1.497.576	1.158.723	1.531.077
Títulos para Negociação	291.265	361.298	477.306	672.827
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B, C e F - BD	285.716	353.951	471.757	665.486
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B, C e F - PGA	5.549	7.347	5.549	7.341
Títulos Mantidos até o Vencimento	900.919	1.136.278	681.417	858.250
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B, C e F - BD	898.609	1.133.396	674.407	850.158
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B, C e F - PGA	2.310	2.882	7.010	8.092
Créd. Privados e Dep. Instituições Financeiras	10.152	11.746	40.148	43.163
Títulos para Negociação	48	49	20.044	20.078
CDB- Certificado de Depósito Bancário - BD	48	49	20.044	20.078
Títulos Mantidos até o Vencimento	10.104	11.697	20.104	23.085
Debentures Não Conversíveis - BD	10.104	11.697	10.104	11.042
Depósitos Prazo com Garantia Especial - BD	0	0	10.000	12.043
Fundos de Investimentos	714.814	808.799	583.096	696.025
Fundos de Renda Fixa	256.622	271.929	171.839	198.434
BRZ Crédito Privado FIM - BD	5.878	7.223	5.878	8.684
FI Referenciado UBS Pactual Yield DI – BD	129.222	132.143	98.513	103.399
FI Referenciado UBS Pactual Yield DI - PGA	12.652	13.244	6.342	6.999
FIC FIDC Caixa UBS Pactual II - BD	1.699	2.486	2.952	5.342
Votorantim FI Institucional RF - BD	56.094	57.456	0	0
Votorantim FI Institucional RF - PGA	1.055	1.088	0	0
FIDC CEDAE - BD	2.860	3.768	3.805	4.457
UBS Pactual Emissões Primárias - BD	6.169	10.401	8.417	14.536
BRZ Multi Recebíveis - BD	8.993	12.472	13.932	19.760
Sul América Inflation FI RF - BD	32.000	31.648	32.000	35.257
Fundos Exclusivos - Plano BD	117.204	161.890	56.704	108.689
FIA Merlot	70.728	80.521	45.228	61.339

Tipos de Investimento	2013		2012	
	Custo Histórico de Aquisição	Valor Contábil	Custo Histórico de Aquisição	Valor Contábil
BRAM FIB FIA	46.476	81.369	11.476	47.350
Fundos Mútuos - Plano BD	256.690	280.913	284.398	310.467
Ishares BRAX 11	6.479	6.641	0	0
Bradesco FIA Dividendos	19.000	30.242	19.000	31.461
Bradesco FIA Inst. IBX Ativo	28.570	27.833	35.670	40.022
M Square Inst FIC FIA	10.000	10.625	0	0
Westm Asset Div Yield FIA	10.000	8.781	0	0
Quest Small Caps FIC FIA	10.500	10.557	0	0
Ishares BOVA 11	0	0	109.265	107.389
Ishares PIBB 11	65.959	67.998	10.216	9.908
Ishares SMAL 11	5.167	4.889	0	0
Itau ACE Dividendos	0	0	9.214	10.256
Franklin Temp IBX FI	7.000	7.223	7.000	7.380
GAP Ações Inst. FIA	10.000	10.706	10.000	10.565
Guepardo Ações FIA	15.000	17.554	15.000	17.421
JGP Inst. FIA	20.000	22.471	10.000	10.958
Legg Mason Div Yield	0	0	10.000	9.547
BTG Pact Div FIA	10.000	10.379	10.000	10.223
Sulamérica Expertise FIA	19.000	24.179	19.000	22.641
Vinci Gas Valor Smal FIC FIA	20.000	20.820	20.000	22.663
Valores a receber	15	15	33	33
Fundos de Investimentos em Participações - BD	84.298	94.067	65.833	73.108
Brascan de Petróleo e Gás	1.787	1.797	1.827	1.800
Capital Mezanino	4.595	10.420	2.710	9.321
Empreendedor Brasil FMIEE	7.935	5.980	8.360	6.038
Logística Brasil FIP	15.991	18.217	15.691	17.319
Terra Viva	4.670	4.594	4.660	4.437
Rio Bravo Energia I	30.062	30.146	18.500	18.696
Neo Capital Mezanino II	5.584	6.482	6.331	6.522
Pátria Real Estate II	5.130	7.110	4.193	5.342
Pátria Special Opp I	5.365	6.216	3.061	3.157
DLM Brasil TI FIP	3.179	3.105	500	476
Fundos de Capital Protegido - BD	0	0	4.322	5.327
Santander Capital Protegido Inst M	0	0	4.322	5.327
Investimentos imobiliários - BD	11.701	67.430	11.701	47.111
Aluguéis e Renda	11.701	67.430	11.701	47.111
Empréstimos e Financiamentos - BD	0	58.675	0	53.209
Empréstimos	0	58.675	0	53.209
Dep. Judiciais/Recursais de Investimentos - BD	52.017	111.832	52.017	106.586
Total dos investimentos	1.980.868	2.556.058	1.845.685	2.477.171

Os títulos de renda variável são representados por fundo de ações e são considerados com prazo indeterminado. Os títulos e valores mobiliários, de Renda Fixa e de Renda Variável, estão custodiados no Banco Bradesco S.A.

Os títulos e valores mobiliários de renda fixa das carteiras do Plano BD e do PGA possuem os seguintes vencimentos:

Prazos	Títulos para negociação			Títulos mantidos até o venc.			Total Carteira
	Plano BD	PGA	Soma	Plano BD	PGA	Soma	
Até 60 dias	163.790	14.332	178.122	0	0	0	178.122
De 61 a 180 dias	0	0	0	0	0	0	0
De 181 a 360 dias	0	7.347	7.347	49	2.882	2.931	10.278
Acima de 360 dias	447.759	0	447.759	1.145.093	0	1.145.093	1.592.852
Soma	611.549	21.679	633.228	1.145.142	2.882	1.148.024	1.781.252

A classificação dos prazos é apresentada de acordo com os vencimentos dos títulos da carteira própria e em fundos de investimentos.

LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURO

Em 1995 e 1996 a Fundação adquiriu Letras Financeiras do Tesouro de Alagoas – LFTAL, que não foram honradas nos respectivos vencimentos, em junho de 1997, 1999 e 2000, ocasião em que, foram consideradas integralmente como perda, com as devidas baixas contábeis. Devido a inadimplência, a Fundação ingressou com ação judicial, tendo obtido sentença favorável em primeira instância relativa a um dos lotes vencidos.

A União, com base inicialmente na Resolução do Senado nº 36/2000 e posteriormente na Resolução nº 53/2002, firmou contrato de refinanciamento com o Estado de Alagoas. A União firmou também contrato com os credores, com a interveniência do Estado de Alagoas, que resultou na troca dos Títulos Estaduais por Títulos Federais.

Esta troca foi realizada nos termos e condições do acordo entre os Credores e o Estado de Alagoas, mediante a concessão de deságio em favor do Estado de Alagoas, conforme aprovado pelo Conselho de Curadores da Fibra, por meio das Resoluções nº 005, de 22 de março de 2002, e nº 013º, de 16 de setembro de 2002, com a manifestação favorável da diretoria jurídica de ITAIPU.

Restam pendências judiciais decorrentes do teor da Resolução do Senado Federal nº 53/2002, que introduziu o risco de restituição de valores na hipótese de manifestação final da Justiça pela invalidade dos títulos, risco esse considerado mitigado pela consultoria jurídica, pela possibilidade de compensação com créditos constituídos ou a constituir, decorrentes de ações judiciais movidas pela Fibra e de documentos firmados pelo Estado de Alagoas por ocasião do acordo.

A discussão judicial quanto à validade dos títulos transcorreu no âmbito da Justiça Federal do Rio de Janeiro e no âmbito da Justiça Estadual de Alagoas. Em decisão de 25 de outubro de 2011, o Tribunal de Justiça de Alagoas, se manifestou pela incompetência, pugnano por remeter o processo à Justiça Federal.

Foi Instaurado conflito de competência, com o processo retornando à Justiça Estadual, onde aguarda julgamento de mérito.

PROVISÕES CDBs DE EMISSÃO DO BANCO SANTOS S.A.

Com a intervenção decretada pelo Banco Central do Brasil no Banco Santos S.A., em 12 de novembro de 2004, a Fundação constituiu provisão de R\$ 16.821, para eventual perda dos CDBs emitidos por este Banco. Esses papéis integravam a carteira do fundo exclusivo Associate-FI administrado pelo Banco Votorantim S.A.

Com a extinção do fundo exclusivo, realizado pelo resgate dos ativos, este direito de crédito passou para a carteira própria, estando registrado pelo valor da habilitação na massa falida (R\$ 17.561), com a provisão para perda do mesmo valor.

Em razão da decretação da falência do Banco Santos S.A., ocorrida em 20 de setembro de 2005, houve a necessidade de contratação de serviços advocatícios para a habilitação dos créditos junto à massa falida e as providências para a busca de ressarcimento dos créditos da Fundação.

Após diversas reuniões com o grupo de credores constituído pela ABRAPP e em conjunto com outros fundos de pensão, com o objetivo de avaliar as estratégias de ações judiciais, com vistas à recuperação dos ativos do Banco Santos, a Fundação, com aprovação de seu Conselho Deliberativo contratou o escritório de advocacia Ulhôa Canto, Rezende e Guerra para o acompanhamento do processo de falência, decidindo-se também, por eventual contratação de outro escritório para a busca de resultados extra falências, caso se revele conveniente.

Nos termos autorizados pelo juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo, o administrador da Massa Falida do Banco Santos S.A. distribuiu, aos credores, em 2010, o valor correspondente a 30% do valor da habilitação na massa falida.

Em função da decisão, a Fibra, recebeu R\$ 1.756 em julho de 2010, que corresponde a 10% do valor da habilitação, e R\$ 3.161, em dezembro de 2010, correspondente a 20%, do valor da habilitação, deduzida da parcela já recebida em julho. Estes valores foram contabilizados em receitas de investimentos e baixados da provisão retificadora do ativo.

Devido ao levantamento destes valores, conforme contrato, houve o pagamento de honorários de êxito ao escritório de advocacia Ulhôa Canto, Rezende e Guerra, cujo percentual foi de 4% do valor levantado.

Em janeiro de 2013, a Fundação recebeu o valor de R\$ 1.134, referente ao terceiro rateio para os credores.

O escritório de advocacia Ulhôa Canto, Rezende e Guerra Advogados, contratado da Fibra, acompanha o processo e eventualmente poderá sugerir outras medidas a serem adotadas, caso se revele conveniente. A Fibra também está monitorando iniciativas de alguns credores que manifestaram, no passado, interesse em criar um fundo de credores para acelerar o processo de recebimento do restante dos créditos, mas não possui, ainda, posição firmada a respeito do tema.

• INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

A entidade procedeu, em dezembro de 2013, a reavaliação de todos os imóveis componentes dos investimentos imobiliários, suportada por laudo de avaliação dos peritos independentes “Decatur Engenharia e Avaliações Ltda.” O método de avaliação utilizado foi o “Método comparativo de dados de mercado”, conforme descrito no item 8.2.1 da ABNT NBR 14653-1:2001, fundamentado em ampla pesquisa de mercado e envolvendo, além de preços ofertados e/ou comercializados, as características e atributos que exerçam influência no valor. O resultado da realização dos imóveis foi positivo em R\$ 21.737.

Os ativos reavaliados passaram a partir de dezembro de 2013, a serem depre-

ciados pela sua vida útil remanescente estimada no referido laudo de reavaliação, ou seja, 40 anos ou 2,50% ao ano.

Em 2011, foi realizada alienação dos conjuntos 1302/1304/1306 e 1308, do 13º andar do Edifício Centro Comercial Itália, pelo valor de R\$ 1.350, sendo que em 22 de dezembro de 2011, foi recebido R\$ 100 (como sinal de negócio), R\$ 305 em janeiro de 2012 e o restante, ou seja, R\$ 945, estão sendo recebidos em 24 parcelas, corrigidas por IPCA, acrescidas de juros de 7% ao ano. No ano de 2013, foram recebidas 12 parcelas totalizando R\$ 567. O resultado apurado na alienação foi de R\$ 112.

O detalhamento dos investimentos imobiliários, em 31 de dezembro de 2013, está a seguir demonstrado:

Imóvel	Valor contábil líquido antes da reavaliação	Valor da reavaliação em dez/2013	Valor do Resultado da reavaliação	Depreciação acumulada	Aluguéis a Receber	Direitos de Alienações	Saldo em 31/12/2013
Edificações de uso próprio	2.877	3.844	967	(7)	0	0	3.837
Edificações locadas à patrocinadora	22.855	30.536	7.681	(53)	136	0	30.619
Edificações locadas a terceiros	19.684	32.773	13.089	(61)	162	0	32.874
Direitos em Alienações de Invest. Imob.	0	0	0	0	0	100	100
Soma	45.416	67.153	21.737	(121)	298	100	67.430

AUDITORIA DE GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

Em conexão com a Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional, foi decidido manter a realização dos trabalhos de auditoria de gestão dos investimentos por nossos auditores externos, com o objetivo de avaliar a pertinência dos procedimentos técnicos, operacionais e de controle utilizados na gestão dos recursos da entidade. O resultado desta auditoria consta em parecer específico.

COMPOSIÇÃO CONSOLIDADA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

A composição consolidada da carteira de investimentos do Plano de Benefícios – BD e do Plano de Gestão Administrativa – PGA, estão a seguir demonstrados:

	2013			2012		
	Plano BD	PGA	Soma	Plano BD	PGA	Soma
Títulos Públicos	1.487.347	10.229	1.497.576	1.515.644	15.433	1.531.077
Títulos Públicos Federais	1.487.347	10.229	1.497.576	1.515.644	15.433	1.531.077
Créditos Privados e Depósitos	11.746	0	11.746	43.163	0	43.163
Instituições financeiras	11.746	0	11.746	43.163	0	43.163
Fundos de Investimentos	794.468	14.331	808.799	689.027	6.999	696.026
Fundos de Renda Fixa	257.598	14.331	271.929	191.436	6.999	198.435
Fundos Exclusivos	161.890	0	161.890	108.689	0	108.689

	2013			2012		
	Plano BD	PGA	Soma	Plano BD	PGA	Soma
Fundos Mútuos	280.913	0	280.913	310.467	0	310.467
Fundos de Investimentos em Participações-FIP's	94.067	0	94.067	73.108	0	73.108
Fundos de Capital Protegido	0	0	0	5.327	0	5.327
Investimentos imobiliários	67.430	0	67.430	47.111	0	47.111
Aluguéis e Renda	67.330	0	67.330	46.599	0	46.599
Direitos em Alienações de imóveis	100	0	100	512	0	512
Empréstimos e Financiamentos	58.675	0	58.675	53.209	0	53.209
Empréstimos	58.675	0	58.675	53.209	0	53.209
Depósitos Judiciais/Recursais	111.832	0	111.832	106.586	0	106.586
Depósitos Judiciais – IR – Anistia – MP nº 2.222/01	92.478	0	92.478	87.915	0	87.915
Depósitos Judiciais – IR – RET – MP nº 2.222/01	19.354	0	19.354	18.671	0	18.671
Total dos investimentos	2.531.498	24.560	2.556.058	2.454.740	22.432	2.477.172

5. EXIGÍVEL OPERACIONAL

	2013	2012
Gestão Previdencial		
Benefícios a pagar – Provisões	787	696
Recursos Antecipados	53	3
Retenções a recolher	3.187	2.853
Total Gestão Previdencial	4.027	3.552
Gestão Administrativa		
Contas a Pagar	733	753
Retenções a recolher – Impostos a Recolher	88	90
Outras exigibilidades	13	0
Total Gestão Administrativa	834	843
Investimentos		
Investimentos Imobiliários	0	0
Outras exigibilidades – honorários advocatícios	3.261	3.015
Total de investimentos	3.261	3.015

O valor de honorários advocatícios de R\$ 3.261 (R\$ 3.015 em 2012), provisionado no balanço de 2013 em "Outras Exigibilidades", corresponde ao saldo remanescente e atualizado, a ser pago por ocasião do cumprimento de condições contratuais relativas ao afastamento dos riscos decorrentes do teor da Resolução no 53/02 do Senado Federal.

6. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

6.1 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - INVESTIMENTOS

Os valores das provisões, relativas ao exigível contingencial dos Investimentos estão a seguir demonstrados:

Provisões Acumuladas atualizadas	2013	2012
IRRF anistia	127.482	124.046
Provisões iniciais	44.737	44.737
Atualização das provisões efetuada	42.549	39.113
Provisão Complementar contabilizada em 2009	40.196	40.196
IRRF RET	19.354	18.671
Provisões iniciais	8.617	8.617
Atualização das provisões efetuada	10.737	10.054
Subtotal das provisões acumuladas atualizadas	146.836	142.717
(-) Depósitos Judiciais atualizados	(111.832)	(106.586)
Provisões Líquidas para IRRF	35.004	36.131

IMPOSTO DE RENDA – IRF

Fundamentada em parecer de seus assessores jurídicos, com base em outras teses jurídicas além da imunidade tributária, a entidade interpôs ação cautelar relativa ao IRRF, tendo obtido liminar judicial que possibilitou:

- Depositar judicialmente o valor original devido, do imposto de renda relativo aos 5 anos e optar pela anistia dos juros e multas de que trata a MP nº 2.222, de 4 de setembro de 2001, sem desistência das ações judiciais e sem renunciar direitos, conforme estabelecido na referida Medida Provisória.
- Depositar judicialmente os valores de IRRF apurados a partir de setembro de 2001, utilizando a alíquota descrita no Regime Especial Tributário - RET.
- Continuar questionando judicialmente a incidência do IRRF, sob as alegações de outras teses, tais como: bitributação, não incidência, isonomia com entidades abertas de previdência (proporcionalidade e razoabilidade).

Na eventualidade de não ter, no julgamento final do mérito, seus pleitos acatados pelo Poder Judiciário a entidade poderá requerer a desistência de todas as ações judiciais relativas aos tributos, além de desistir de qualquer alegação de direito sobre as quais se fundam as referidas ações, com a consequente reversão dos valores depositados judicialmente em renda da União, de forma a preservar os efeitos da anistia, conforme parecer jurídico.

Para fins de prevenir a decadência de seu direito de cobrar o IRRF discutido na ação judicial e objeto de depósito judicial, a Secretaria da Receita Federal lavrou um primeiro Auto de Infração, no qual lançava de ofício o crédito tributário relativo apenas ao valor principal do imposto, ou seja, sem multa ou juros de mora.

Posteriormente, porém, a Secretaria da Receita Federal lavrou outro Auto de Infração complementar em substituição ao primeiro, corrigindo o valor do principal (imposto) lançado, que no primeiro Auto se encontrava a maior. Neste Auto, porém, foram lançados também juros de mora. Apresentada a impugnação ao lançamento, foi julgada improcedente.

Em 22 de setembro de 2004, a Fibra recebeu da Delegacia da Receita Federal, cópia do acórdão da decisão que ratificou o entendimento da fiscalização daquele órgão federal que julgou procedente a exigência do IR relativo ao período da

anistia, ou seja, de 01/1997 a 08/2001, bem como a aplicabilidade dos juros de mora, da forma que constam no Auto de Infração complementar emitido contra a Fibra.

Diante da decisão, a Fibra apresentou recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes, onde foi necessário fazer arrolamento de bens, conforme determina a Instrução Normativa SRF nº 264/02, pois segundo parecer dos advogados que defendem a ação, o Juiz de 1ª instância deferiu o pedido nos termos solicitados e, que os depósitos judiciais efetuados garantiam a adesão à anistia, sem quaisquer ônus adicionais, além daqueles já depositados e provisionados.

A Fundação solicitou no Processo Judicial o cancelamento do Auto de Infração, tendo em vista que os valores estão com as suas exigibilidades suspensas em função dos depósitos judiciais. O juiz da 6ª vara da Justiça Federal de Brasília, determinou o cancelamento do Auto de Infração, pois além do desrespeito do Fisco à ordem judicial, que garantiu a Fibra o direito de depositar judicialmente o IRRF discutido, para assegurar a anistia, no Auto de Infração, foram aplicados juros de mora a partir do vencimento da obrigação tributária, o que eleva o valor exigido do imposto. A pedido da Fazenda Pública Nacional, o mesmo Juiz Federal revogou sua decisão que havia determinado o cancelamento do Auto de Infração.

O recurso voluntário no Conselho de Contribuintes foi julgado improcedente, sendo que o relator alegou que quando findo o processo judicial, a fundação deveria recolher somente aquilo que o juiz estipulasse como devido.

Diante da decisão desfavorável e com orientação de seus consultores jurídicos, a Fibra, em junho de 2006, apresentou Embargos de Declaração, alegando contradições e omissões na decisão do Conselho de Contribuintes. Caso haja nova decisão desfavorável no julgamento dos Embargos de Declaração, a fundação poderá ainda entrar com Recurso Especial junto à Câmara Superior de Recursos Fiscais.

Sem prejuízos dos direitos discutidos nas ações individuais, em que vem discutindo a exigibilidade do IR, em dezembro de 2005, a Fundação desistiu das ações coletivas impetradas pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP, em atendimento ao disposto no artigo 94, da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

Em dezembro de 2004, a Fibra contratou o Dr. Marco Aurélio Greco, para emitir parecer acerca das teses que vem sendo defendidas judicialmente, cuja opinião é fundamental no julgamento do processo.

Em setembro de 2006, a Fibra obteve, por meio de seus advogados, junto à 6ª Vara Federal de Brasília a emissão de Ofício judicial determinando a alteração da correção da conta de TR para SELIC. Com isso a conta dos depósitos judiciais passou a ser corrigida, pela SELIC e não mais pela TR, como vinha ocorrendo. Resta a pendência quanto à correção do período passado, em que a conta vinha sendo corrigida pela TR, sendo que a Fibra já pleiteou a regularização do saldo, visto que a determinação judicial é para correção anterior e futuro dos depósitos judiciais.

Com a publicação da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que instituiu o REFIS

IV, a Fibra reavaliou sua questão tributária tendo em vista uma eventual adesão aos benefícios propostos. Após a análise dos termos da Lei e da Portaria Conjunta nº 10, subscritas pela Procuradoria – Geral da Fazenda Nacional – PGFN e da Receita Federal, de 9 de novembro de 2009, onde estabelece que só terão direito aos descontos previstos em lei os contribuintes que depositaram judicialmente, além do valor principal do tributo questionado, as respectivas multas e juros, concluiu-se que a Fibra ficou impossibilitada de aderir ao REFIS IV.

Diante disso, o Conselho Deliberativo decidiu pela manutenção das ações judiciais assim como, com base no § 2º, do artigo 12, da Resolução nº 13, de 01 de outubro de 2004, onde estabelece que para a realização dos objetivos da EFPC “os riscos identificados devem ser avaliados com observância dos princípios de conservadorismo e prudência, sendo recomendável que as prováveis perdas sejam provisionadas, antes de efetivamente configuradas”, efetuar a provisão da diferença entre o Auto de Infração Complementar atualizado (R\$ 111.643) e o saldo da conta judicial (R\$ 71.447) no valor de R\$ 40.196 (atribuída à remuneração a menor da conta judicial de TR para SELIC e juros desde os fatos geradores do Auto de Infração Complementar).

Em 30 de novembro de 2009, a ação cautelar, na análise de mérito, foi julgada improcedente, porém com contradições, equívocos e omissões que levou a Fibra, com orientação de seus consultores jurídicos, com base no artigo 535 do Código de Processo Civil, apresentar embargos de declaração.

A decisão destes embargos foi publicada em 15 de agosto de 2011, acolhendo em parte os Embargos de Declaração opostos pela Fibra, mas não suprimindo, totalmente, a omissão sobre a adesão da Fibra à anistia prevista no artigo 5º da MP nº 2.222/01, a qual havia sido garantida por meio da liminar obtida.

Diante deste julgamento desfavorável, em 22 de agosto de 2011, novos Embargos de Declaração foram opostos pela Fibra, com o objetivo de suprir a omissão da decisão acerca dos efeitos da liminar durante o período de sua eficácia para garantir a adesão da Fibra à anistia prevista no artigo 5º da MP nº 2.222/01. Em 29 de junho de 2012, foi proferida decisão que rejeitou os Embargos de Declaração opostos pela Fibra. Com a decisão desfavorável, a Fibra interpôs Recurso de Apelação, a qual aguarda julgamento.

Com a publicação da Lei nº 12.865/2013, que reabriu o prazo para adesão ao REFIS de tributos federais, o Conselho Deliberativo, após análise do parecer jurídico da consultoria tributária responsável pelo processo e nos cálculos realizados pela Fibra, decidiu:

- i) pela continuidade da estratégia jurídica em curso;
- ii) pela não adesão ao REFIS; e
- iii) pela não desistência da ação.

6.2. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – GESTÃO PREVIDENCIAL

A maioria dos processos judiciais movidos pelos assistidos contra a Fibra ou contra o Patrocinador ITAIPU Binacional não impacta no patrimônio líquido da Fibra, pois de acordo com o artigo 79, § 1º, do Regulamento do Plano de Benefícios, nas “hipóteses de condenação judicial, referente a ato ou omissão inerente à gestão de Recursos Humanos do Patrocinador, ou revisão administrativa promovida pelo Patrocinador,

que implique majoração dos benefícios concedidos ou a conceder pela Fibra, caberá ao respectivo Patrocinador efetuar o aporte do numerário correspondente à diferença de reserva matemática, deduzidos os valores de contribuição de responsabilidade dos Participantes”.

Visando estabelecer procedimento para análise das demandas judiciais de assistidos com possível impacto atuarial e conseqüentemente apurar os valores passíveis de provisionamento contábil na Fundação e no Patrocinador ITAIPU, foi expedida pelo Diretor Jurídico da ITAIPU a Determinação DET/JUD/004/12, de 07 de agosto de 2012.

O resultado dos trabalhos conjuntos entre o Patrocinador ITAIPU e a Fundação, no ano de 2012, resultaram no recebimento pela Fundação de R\$ 4.672, relativo ao aporte para cobertura do impacto financeiro e atuarial, provocado por ações judiciais movidas por assistidos, que conforme o artigo 79, § 1º, do Regulamento do Plano de Benefícios são de responsabilidade da Patrocinadora ITAIPU, sendo que R\$ 3.272, foi contabilizado em outras adições da gestão previdencial; R\$ 839, relativo à substituição da penhora de imóvel por depósito judicial trabalhista; e R\$ 561, para efetuar depósito judicial.

Os estudos foram aprofundados em 2013 e resultaram no provisionado de R\$ 1.822, cujo valor foi registrado no Exigível Contingencial da Fundação (aumento do compromisso com os assistidos) e também em seu Ativo Realizável Previdencial (direito assegurado, pelo artigo 79, § 1º, do Regulamento do Plano de Benefícios). Para o Patrocinador ITAIPU os reflexos contábeis resultaram no registro contábil, do mesmo valor, em seu Passivo.

Os valores das provisões e dos depósitos judiciais/recursais efetuados, relativos às provisões da gestão contingencial, estão a seguir demonstrados:

DESCRIÇÃO	2013	2012
Exigível Contingencial - Gestão Previdencial		
1. Passivo Provisões	5.294	2.558
Ações judiciais não cobertas pelo Parágrafo 1º do Art. 79 do Regulamento	629	755
Ações judiciais com cobertura de Depósitos e Bloqueio Judicial/Recursal	1.416	1.024
Ações judiciais cobertas pelo Parágrafo 1º do Art. 79 – ITAIPU	1.822	0
Verbas para ajustes futuros de ações judiciais	1.427	779
2. Ativo - Depósitos Judiciais/Recursais e Ativo de Contrapartida	3.238	1.319
Bloqueio e Depósitos Judiciais/Recursais	1.416	1.319
Créditos de ações judiciais cobertas pelo Parágrafo 1º do Art. 79 – ITAIPU	1.822	0
Provisões líquidas da Gestão Previdencial	2.056	1.239

6.3 EXIGIVEL CONTINGENCIAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

6.3.1. CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS E PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL - PIS

O Supremo Tribunal Federal – STF ao analisar a constitucionalidade do parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98, que trata da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e para o Programa de Integração Social - PIS, entendeu que somente existirá base de cálculo das men-

cionadas contribuições se houver faturamento, ou seja, venda de mercadorias ou de prestação de serviços ou a combinação de ambos.

A base de cálculo do PIS e da COFINS, estabelecida para os fundos de pensão é lastreada na referida lei e resulta na soma do custeio administrativo (Sobrecarga Administrativa) e na remuneração do fundo administrativo, não sendo, portanto, faturamento.

Com base na decisão do STF e em parecer jurídico, a Fibra interpôs ação judicial visando o reconhecimento da não sujeição ao recolhimento das referidas contribuições sobre o custeio administrativo (sobrecarga administrativa e remuneração do fundo administrativo), tendo obtido liminar que permitiu depósito judicial dos valores da COFINS e do PIS, relativos a fatos geradores a partir da competência de agosto de 2008. A ação visa, ainda, à recuperação dos valores de PIS e COFINS que foram recolhidos após o encerramento das ações, relativa à anistia instituída pela MP nº 2.222/01.

Diante de decisão desfavorável, a Fibra em 07 de dezembro de 2011, protocolou Embargos de Declaração, pois foi verificado que o acórdão publicado partiu de premissas equivocadas, incorrendo, ainda, em omissão, cuja correção revelou-se essencial ao correto, deslinde da presente controvérsia. Com isso, foi requerido que seja reconhecido a não sujeição do PIS e da COFINS, pois a execução de planos de benefícios previdenciários não se enquadra no conceito de faturamento previsto no artigo 3º da Lei nº 9.718/98, nos termos da decisão do STF.

6.3.2 COMPOSIÇÃO DAS PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS DO PGA

Os valores das provisões e dos depósitos judiciais efetuados, relativos às contribuições para o PIS, para a COFINS e para o processo judicial de ex-empregada da fundação, estão a seguir demonstrados:

	2013	2012
Provisões Acumuladas		
COFINS	3.173	2.436
PIS	516	396
Subtotal das provisões acumuladas	3.689	2.832
(-) Depósitos Judiciais atualizados	(3.689)	(2.832)
Provisões Líquidas do Exigível Contingencial do PGA	0	0

7. EXIGÍVEL ATUARIAL

A composição do exigível atuarial, em 31 de dezembro de 2013, e respectiva movimentação no exercício que findam nesta data são as seguintes:

Provisões Matemáticas	2013	2012
Benefícios Concedidos	1.729.373	1.538.139
Benefícios definidos	1.729.373	1.538.139
Benefícios a Conceder	932.770	841.157
Benefícios definidos	932.770	841.157
(-) Provisões Matemáticas a Constituir – Serviços passados	(47.868)	(46.343)
Reservas a amortizar	(47.868)	(46.343)
Total de Provisões Matemáticas	2.614.275	2.332.953

A movimentação das provisões matemáticas no exercício foi a seguinte:

	2013	2012
No início do exercício	2.332.953	2.018.883
Constituição no exercício	281.322	314.070
Saldo no final do exercício	2.614.275	2.332.953

8. EQUILÍBRIO TÉCNICO

Representa os resultados realizados acumulados obtidos pela entidade e registrado na conta de resultados realizados. O déficit técnico acumulado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 153.376, sendo que em 31 de dezembro de 2012, a posição era superavitária de R\$ 59.007.

8.1. GANHOS E PERDAS ATUARIAIS E FINANCEIROS

A evolução do resultado teve os seguintes ganhos e perdas atuariais ou financeiros:

- alteração da Tábua de Mortalidade Geral de 90% da AT-2000 para 80% da AT-2000, cuja alteração impactou em aumento de R\$ 52.312, nas provisões matemáticas de benefícios concedidos e a conceder;
- alteração da Projeção de Crescimento Real de Salário Médio de 2,19% para 2,25% a.a aumentando em R\$ 9.897 as provisões matemáticas de benefícios a conceder;
- alteração da função utilizada para o cálculo da Rotatividade na avaliação atuarial, diminuindo em R\$ 567 as provisões matemáticas de benefícios a conceder;
- aumento real do Benefício de Prestação Continuada acima do indexador atuarial do Plano, acrescendo em R\$ 23.131 as provisões matemáticas de benefícios concedidos;
- aumento real do Salário Real de Benefício acima do Indexador Atuarial do Plano, acrescendo em R\$ 17.117, as provisões matemáticas dos benefícios a conceder;
- alteração do Fator de Capacidade de 98,10% para 97,58%, que resultou na diminuição de R\$ 13.931, nas provisões matemáticas de benefícios concedidos e a conceder; e
- aumento de contribuições normais dos participantes ativos, que impactaram na diminuição de R\$ 18.628, das provisões matemáticas;
- alterações de outros ganhos líquidos de origens diversas e pulverizadas em 2013, com diminuição de R\$ 4.714 nas provisões matemáticas; e
- diferença entre a rentabilidade obtida e a Meta Atuarial de Rentabilidade no ano de 2013, com aumento de R\$ 147.766 no déficit técnico.

O aumento das provisões matemáticas e a diferença entre a rentabilidade obtida e a meta atuarial de rentabilidade no ano de 2013, justificam o Déficit Técnico do Exercício de R\$ 212.383.

9. FUNDOS - GESTÃO ADMINISTRATIVA

A constituição nos exercícios findos em 31 de dezembro foi efetuada da seguinte forma:

	2013	2012
Fundo administrativo permanente	645	460
Saldo inicial	460	526
Constituição/Reversão	185	(66)
Fundo administrativo financeiro	24.614	22.330
Saldo anterior	22.330	20.257
Custeio administrativo do exercício	11.905	10.572
Despesas administrativas do exercício	(11.442)	(11.353)
Remuneração do fundo	2.006	2.645
Constituição/Reversão do fundo administrativo do financeiro para o permanente	(185)	66
Reversões/Constituições de contingências	0	143
Saldo dos fundos da gestão administrativa	25.259	22.790

10. OUTRAS CONTRATAÇÕES COM O PATROCINADOR - ITAIPU - RESCISÃO DE DAÇÃO EM PAGAMENTO - PLANO BD

O "Instrumento Particular de Rescisão de Dação em Pagamento" foi assinado, entre a Fibra e o patrocinador ITAIPU Binacional, em 18 de dezembro de 2003 e contemplou todos os aspectos exigidos pela Resolução CGPC nº 17, de 11 de julho de 1996. A cópia do contrato foi remetida para a Secretaria de Previdência Complementar - SPC em 22 de dezembro de 2003, atendendo as disposições legais. Após o envio de documentos complementares solicitados pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, em 13 de junho de 2005, por meio do Ofício nº744/PREVIC/DITEC/CGAT, a Rescisão da Dação em Pagamento e Outras Avenças entre a Fibra e o patrocinador ITAIPU, relativa ao Plano de Benefícios, foi aprovada.

O montante contratado está sendo pago por ITAIPU em 230 parcelas, sendo que em 2013 foram pagas 12 parcelas, todas atualizadas pelo INPC e juros reais de 6% ao ano, sendo posteriormente, ajustadas pela Rentabilidade Mínima Atuarial - RMA, apurada anualmente, cujo ajuste recebido em 2013 foi de R\$ 4.024 (R\$ 4.186 em 2012). As parcelas remanescentes, referentes ao referido instrumento, somam um total de 110 parcelas.

Os efeitos desta operação no patrimônio da Fibra em 31 de dezembro de 2013 estão demonstrados no quadro a seguir:

Outras contratações com o Patrocinador – Rescisão da Dação em Pagamento	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	85.219
(-) 12 parcelas recebidas em 2013	(11.499)
(+) Valor da atualização e juros da dívida em 2013	9.579
= saldo em 31/12/13	83.299

11. DÉBITO DE PATROCINADOR NO CASO DE RETIRADA HIPOTÉTICA

De acordo com a nota técnica atuarial do atuário independente, a reserva matemática-

ca em 31 de dezembro de 2013, considerando a retirada hipotética do Patrocinador, calculada conforme a interpretação da Resolução CPC nº 06/88, alcançou o valor de R\$ 2.548.124 (R\$ 2.261.732 em 2012), feita dentro do princípio de “Benefícios com direitos já acumulados”, avaliada retirando-se a projeção de crescimento real de salário e considerando-se o “turnover” nulo.

SILVIO RENATO R. SILVEIRA

Diretor Superintendente
CPF – 514.772.629-20

FLORÍCIO MEDEIROS DA COSTA

Diretor de Seguridade
CPF – 425.879.210-15

DENYSE GUBERT ROCHA

Diretora de Administração e Processos
CPF – 510.083.789-68

EDMILSON RICARDO

Contador – CRC PR 033.375/0-8
CPF – 566.559.329-04

PARECER ATUARIAL

I. CUSTOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE EM RELAÇÃO AO ANTERIOR:

1. A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o plano de benefícios da FIBRA, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela FIBRA, resultou no custo total de 27,70% (excluído o custo administrativo e a contribuição normal de 10% dos aposentados destinada a participar do custeio normal dos benefícios), conforme abaixo descrito:

Tipo de Benefício	custo (%)	
	2013	2012
Aposentadorias	21,26%	20,13%
Invalidez	1,02%	0,90%
Pensão por morte	2,53%	2,57%
Auxílio-doença	0	0
Pecúlio por morte	0	0
Resgates	0,07%	0,05%
Outros benefícios (auxílio reclusão e funeral)	0,02%	0,02%
Outros benefícios (benef.esp.temporário p/morte)	0,07%	0,07%
Sub-total (1)	24,97%	23,74%
Suplementar	2,32%	2,32%
Jóias	0,41%*2	0,34%*2
Sub-total (2)	2,73%	2,66%
Total (1)+(2)	27,70%	26,40%

*1 A sobrecarga administrativa, de total responsabilidade patronal, será igual a 15% do total das contribuições recolhidas pelos Participantes, inclusive os Assistidos, e pelo Patrocinador, incluídas nesse total as próprias contribuições destinadas ao custeio administrativo.

*2 Esse custo Não foi incluído no SUB-TOTAL (1).

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2013, a idade média dos participantes ativos é de 41,12 anos, desconsiderando-se os que constituem os riscos iminentes. Se considerados todos os participantes ativos, essa idade média na avaliação atuarial de 2013 é de 42,64 anos.

2. O custo total reavaliado de 27,70% será custeado, no exercício de 2014, pelas alíquotas descritas abaixo, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano de Benefícios da FIBRA, tanto para os Participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam:

Contribuições Normais:

Referência	em (%)	
	2013	2012
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	10,38%*1	9,08%*1
Contribuição Normal da Patrocinadora	15,00%*2	15,00%*2
Sub-total	25,38%	24,08%
Custo Suplementar	2,32%	2,32%
Total Contribuições (Patrocinadoras + Partic. Ativos):	27,70%	26,40%

Contribuições Normais dos Participantes Assistidos:

Aposentados	10,00%	10,00%
Pensionistas	0,00%	0,00%

*1 Inclui a contribuição Normal mais Joia Atuarial: $9,97\% + 0,41\% = 10,38\%$, sendo 0,41% o percentual contributivo médio dos participantes destinado a dar cobertura à Joia Atuarial.

*2 Não está incluída a contribuição destinada ao custeio administrativo, de total responsabilidade patronal, de valor igual a 15% do total das contribuições recolhidas pelos Participantes, inclusive os Assistidos, e pelo Patrocinador, incluídas nesse total as próprias contribuições destinadas ao custeio administrativo.

A Contribuição Normal Pura vigente de 25,38% da folha do Salário Real de Contribuição (não inclui sobrecarga administrativa) é inferior ao Custo Normal Puro de 25,84%, (não inclui sobrecarga administrativa) atuarialmente reavaliado, sem aplicação do ajuste de 0,46%, que corresponde à diferença entre os esses dois custos. Tal fato significa que a Contribuição Normal Pura, que vem sendo praticada, é inferior ao Custo Normal, atuarialmente reavaliado, de 25,84%, antes do mesmo ser ajustado aos 25,38% correspondentes à Contribuição Normal Pura vigente em 31/12/2013. Este resultado indica a necessidade de revisão das alíquotas de contribuição dos participantes ativos, de forma a dar cobertura plena ao Custo Normal (Puro) do Plano e, dessa forma, reverter o correspondente a R\$ 13.400.565,50 que foram agregados ao valor da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, já que, em 31/12/2013, não estava aprovada ainda a referida revisão das alíquotas de contribuição dos participantes ativos o que deverá ser submetido ao Conselho Deliberativo da FIBRA, na forma estabelecida pela legislação aplicável.

II. VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS NO EXERCÍCIO ENCERRADO EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR:

1. A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) e do Patrimônio de Cobertura deste Plano do final do ano de 2012 para o final do ano 2013, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Referência	31/12/2013	31/12/2012	Varição
Provisão de Benefícios Concedidos	1.729.374	1.538.139	12,43%
Provisão de Benefícios a Conceder	932.770	841.157	10,89%
Provisão Matemática a Constituir (*1)	(47.868)	(46.343)	3,29%
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	2.614.275	2.332.953	12,06%

Referência	31/12/2013	31/12/2012	Variação
Resultado Técnico Acumulado	-153.376	59.007	-359,93%
Patrimônio de Cobertura do Plano	2.460.899	2.391.960	2,88%

*1. A ser amortizada pelo pagamento da ITAIPU BINACIONAL da Contribuição Suplementar de 2,32% da sua Folha Salarial a vigorar durante 480 meses a contar de abril de 1988 (restando, portanto, 171 meses a contar, inclusive, de janeiro de 2014, para o término da vigência dessa contribuição amortizante).

III - PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS E, SE FOR O CASO, MEDI-DAS PARA SUA MITIGAÇÃO:

1. Com relação à situação financeiro-atuarial do Plano de Benefício Definido vigente na FIBRA, já considerando a adoção das novas hipóteses atuariais de Tábua de Mortalidade Geral, Crescimento Real de Salário, Rotatividade e Fator de Capacidade de Benefícios na avaliação atuarial do exercício de 2013, a situação do Plano ficou deficitária em R\$ (153.376.243,57), equivalente a 6,23% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R\$ 2.460.899.208,69.

2. Em relação às hipóteses de rotatividade (aqui entendida, como saída do Plano sem direito a receber benefício) e de projeção de crescimento real de salário, conforme, também, já destacado e mencionado no item 1, houve atualização das escalas, utilizando-se como base os dados dos participantes, posicionados nos meses de dezembro, relativos aos anos de 1998 a 2012, sendo que no ano de 2013, a base de dados foi posicionada em agosto de 2013. Para atualizar a escala de rotatividade foram utilizadas as informações referentes aos participantes que se desligaram do Plano e efetuaram resgate ou portabilidade neste intervalo de tempo. Na aplicação da metodologia utilizada para refletir tais hipóteses, obteve-se os seguintes resultados: crescimento real médio de salário: 2,25% ao ano em 2013 versus 2,19% ao ano em 2012 e rotatividade média anual: 0,13% em 2013 e em 2012.

3. Em relação à hipótese de Tábua de Mortalidade Geral, cabe destacar que este assunto, levando em consideração a orientação feita pela PREVIC em 2013, dentro do relatório de fiscalização nº 007/2013/ERRS/PREVIC, foi objeto de estudos de Testes de Aderência por 3 (três) consultorias, resultando na decisão do Conselho Deliberativo pela alteração da tábua "90% do qx da AT-2000 (masculina)" para "80% do qx da AT-2000 (masculina)".

4. Em relação à hipótese de Fator de Capacidade de Benefícios, o mesmo foi alterado de 98,10% para 97,58% em função de se considerar razoável uma inflação média anual da ordem de 4,5% ao ano, tomando por base o centro da meta de inflação do BACEN.

5. Permaneceram sem qualquer alteração as seguintes hipóteses atuariais adotadas:

- Tábua de Mortalidade de Inválidos: Mantida em 2013, ou seja, mantido o "da AT-83 (Desagravado em 10%)";
- Tábua de Entrada em Invalidez: Mantida em 2013, ou seja, mantido o "ix = LIGHT-FRACA";

iii. Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: Mantido em 2013 no mesmo nível de 100%, adotado em 2012, já que, da mesma forma de 2012, 2011 e 2010, se está trabalhando com a média atualizada do Salário Real de Benefício (SRB) definido no Regulamento do Plano;

iv. Em relação à composição familiar, manteve-se a premissa de Família Média, para os benefícios de pensão por morte dos participantes ativos e assistidos (ainda não falecidos), bem como a diferença média da ordem de 6 anos de idade entre os atuais participantes assistidos e respectivos beneficiários vitalícios (cônjuge ou equivalente). Em relação aos benefícios já concedidos de pensão por morte, foi mantida a adoção da família efetiva. A premissa de Família Média permanece sob monitoramento; e

v. Em relação à taxa real de juros/desconto atuarial, manteve-se a taxa de 5,5% ao ano, com base nos estudos elaborados pela RiskOffice e pela FIBRA, tomados por base para posicionamento desta Consultoria Atuarial, onde se concluiu sobre a viabilidade da obtenção da taxa real de juros de 5,5% ao ano, utilizando-se como indexador o IPCA do IBGE, já considerando os riscos econômicos e financeiros envolvidos, o que nos permitiu concluir pela manutenção da taxa real de juros em 5,5% ao ano para o Plano de Benefícios Definidos (BD) da FIBRA. Lembramos que deve ser levado em conta o monitoramento desta premissa, visando a evolução da taxa real de juros para atingir os 4,5% ao ano, conforme estabelecido pela Resolução MPS Nº 09/2012 de 29/11/2012 (D.O.U. de 23/01/2013).

6. A rentabilidade nominal líquida, efetivamente obtida ao longo de 2013 pela Fibra, nas aplicações financeiras deste Plano, utilizando o método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, foi de 5,37% ou de 5,58% utilizando o sistema de cotas, o que representou, em relação a 5,77%, IPCA do IBGE, aplicado com um mês de defasagem (ou seja, em relação ao indexador atuarial apontado, ao final de 2012, para o ano de 2013) obter um juro real de -0,38% ao ano (com base na TIR) ou de -0,18% ao ano (com base no sistema de cotas), no período correspondente ao exercício de 2013.

NOTA: Sem a defasagem de um mês utilizada na aplicação do IPCA como indexador, ou seja, considerando a variação do IPCA do IBGE de janeiro a dezembro de 2013, se obteve, ao longo de 2013, uma rentabilidade real de -0,31% ao ano (com base no sistema de cotas).

7. O total das Provisões Matemáticas, em 31/12/2013, considerando um hipotético saldamento deste Plano de Benefício Definido, com a concessão de um benefício proporcional ao tempo averbado de filiação ao Plano para os participantes não assistidos e com a continuidade do pagamento dos benefícios já concedidos (incluindo a garantia do pagamento dos benefícios diferidos), foi avaliado considerando nulos tanto o crescimento real de salário quanto a rotatividade, tendo sido obtido como resultado o valor de R\$ 2.548.124 mil, que corresponde à 1,035 vezes o Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R\$ 2.460.899 mil, sendo relevante ressaltar, quanto a essa situação, que a descontinuidade de um Plano de Benefícios Previdenciários de uma Entidade Fechada de Previdência Complementar apresenta questões que ultrapassam os aspectos quantitativos considerados na avaliação atuarial aqui realizada, devendo ser tais questões, previamente analisadas com profundidade, caso, por qualquer motivo, um cenário

de descontinuidade venha a se apresentar.

8. Os principais Riscos Atuariais do Plano em questão estão associados ao aumento de sobrevivência e à redução das taxas de retorno dos investimentos. Para mitigar esses riscos, no que se refere à sobrevivência, o Conselho Deliberativo da Fibra decidiu, com base nos testes de aderência realizados, pela alteração da Tábua de Mortalidade Geral e, no que se refere à taxa de retorno dos investimentos, levando em consideração o cenário de elevação de taxa de juros para combater a inflação, e a melhora no cenário econômico global, a Fibra decidiu por reduzir a exposição em títulos marcados-a-mercado, priorizando a aquisição de títulos de longo prazo marcados na curva de aquisição, em consonância com o estudo de ALM (Asset Liability Management), associando a cobertura dos benefícios previdenciários às respectivas durações de seus pagamentos. Desta forma a carteira de investimentos da Fibra apresenta projeção de retorno aderente à meta atuarial do IPCA + 5,50%.

9. Finalmente, uma questão relevante envolvendo Riscos Atuariais decorre do fato de, em grande parte dos últimos anos, o Patrocinador estar concedendo reajuste salarial incorporado à sua Tabela Salarial e, como o reajuste dos Assistidos toma por base os reajustes salariais registrados na Tabela Salarial do Patrocinador, tal fato vem acarretando um aumento real no valor das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos, o qual vinha sendo coberto pela obtenção de rentabilidade acima da Meta Atuarial de Rentabilidade (reajuste salarial de benefício acrescido dos juros reais utilizados como hipótese atuarial), situação que, pode não continuar ocorrendo, e, desta forma, caso a prática de reajuste acima da inflação permaneça, torna-se necessário encontrar uma fonte perene de custeio, como, por exemplo, o Patrocinador assumir a cobertura dos aumentos nas Provisões Matemáticas decorrente dos aumentos reais de salários incorporados a sua Tabela Salarial, pois desde a criação o Plano não previu a hipótese de aumento real do benefício, e tal inclusão, neste momento, representaria um expressivo impacto no Plano de Custeio, sem que se tenha uma efetiva garantia de que, no futuro, a Patrocinadora continuará a incorporar ganhos reais à sua Tabela Salarial.

IV - QUALIDADE DA BASE CADASTRAL UTILIZADA:

1. Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, como Provisão Matemática a Constituir e como Deficit Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais aqui descritas, os regimes atuariais de financiamento apresentados no item III da Nota Técnica Atuarial do Plano de Benefícios da Fibra (JM/0256/2014) e utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela Fibra, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os eventuais ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2013, refletida nesta D.A.

V - VARIAÇÃO DO RESULTADO DEFICITÁRIO NO EXERCÍCIO ENCERRADO, APONTANDO AS CAUSAS MAIS PROVÁVEIS:

Neste contexto, a evolução do Resultado Superavitário Acumulado de R\$ 59.007 mil apurado em 31/12/2012 para o Resultado Deficitário Acumulado apurado em 31/12/2013 de R\$ (153.376) mil deve-se basicamente, às seguintes origens:

(1) Superávit Acumulado existente em 31/12/2012 (VIDE NOTA)	R\$ 59.007
(2) Redução das Provisões Matemáticas decorrentes de alteração do Fator de Capacidade de 98,10% para 97,58% na avaliação de 31/12/2013	R\$ 13.931
(3) Aumento das Provisões Matemáticas decorrentes de alteração do agravamento da Tábua de Mortalidade Geral de 90% para 80% da AT-2000, na avaliação atuarial de 31/12/2013	R\$ (52.312)
(4) Aumento das Provisões Matemáticas decorrentes de alteração da Projeção de Crescimento Real de Salário Médio de 2,19% para 2,25% a.a., na avaliação atuarial de 31/12/2013	R\$ (9.897)
(5) Redução das Provisões Matemáticas decorrentes de alteração da função utilizada para o cálculo da Rotatividade na avaliação atuarial de 31/12/2013	R\$ 567
(6) Aumento real do Benefício de Prestação Continuada acima do Indexador Atuarial do Plano (+1,4%)	R\$ (23.131)
(7) Aumento real do Salário Real de Benefício acima do Indexador Atuarial do Plano (+1,4%)	R\$ (17.117)
(8) Impacto no Passivo Atuarial das Reduções/Aumentos acima apresentados (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7)	R\$ (87.959)
(9) Diferença entre a Rentabilidade Obtida e a Meta Atuarial de Rentabilidade no ano de 2013 (*1)	R\$ (147.766)
(10) Impacto Redutor decorrente do aumento nas contribuições normais futuras dos ativos em 14,50%	R\$ 18.628
(11) Outros ganhos líquidos de origens diversas e pulverizadas não registrados nos itens (2)/(3)/(4)/(5)/(6)/(7)/(10) acima	R\$ 4.714
(12) Déficit Técnico Acumulado existente em 31/12/2013 (1)+(8)+(9)+10=(11).....	R\$ (153.376)

(*1) Igual a R\$ 2.460.899 mil (PL real) - R\$ 2.608.665 mil (PL estimado) = R\$ (147.766) mil.

OBSERVAÇÃO: O Passivo Atuarial deste Plano de Benefícios Definidos é avaliado considerando a evolução do Salário Real de Benefício de um ano para o ano seguinte, ou seja, a média dos últimos 36 Salários Reais de Contribuição no que se refere às parcelas fixas da remuneração e a média dos últimos 120 meses das parcelas variáveis da remuneração, o que apresenta variações, ora para maior, ora para menor, em relação à evolução do Salário Real de Contribuição de um exercício para o exercício subsequente.

NOTA: O Superávit Técnico Acumulado de 31/12/2012 atualizado pela meta atuarial de rentabilidade para 31/12/2013 corresponderia a: R\$ 59.007 mil × (1,0550 × 1,0591) = R\$ 65.931 mil.

VI - NATUREZA CONJUNTURAL OU ESTRUTURAL DO RESULTADO ACUMULADO:

Considerando a Resolução CNPC nº13 de 04/11/2013 que altera o artigo 28 da Resolução CGPC nº26 de 29/09/2008, informamos que o déficit técnico acumulado em 31/12/2013 de R\$ -153.376 mil é inferior a 10% das Provisões Matemáticas, portanto, ainda não é necessária a elaboração de plano de equacionamento neste exercício, uma vez que é o primeiro exercício de resultado deficitário, mas tão somente realizar a revisão das alíquotas da contribuição normal de forma a dar cobertura plena ao Custo Normal (Puro) do Plano, na forma indicada ao final do item "Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior", deste Parecer Atuarial.

VII - ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO APLICADOS NO CASO DO REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO :

Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido aberto a novas adesões de participantes, o regime financeiro de capitalização adotado no financiamento dos Benefícios de Aposentadoria e de Pensão por Morte, que é o do Crédito Unitário Projetado, mostra-se plenamente adequado.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2014

JOSÉ ROBERTO MONTELLO

ATUÁRIO MIBA 426

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

AOS ADMINISTRADORES, CONSELHEIROS PARTICIPANTES E PATROCINADORES FUNDAÇÃO ITAIPU - BR DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - FIBRA - CURITIBA - PR

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da Fundação Itaipu-BR de Previdência e Assistência Social - FIBRA, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres

de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADES DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Itaipu-BR de Previdência e Assistência Social - FIBRA e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

OUTROS ASUNTOS

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 1º de fevereiro de 2013, que não conteve nenhuma modificação.

Curitiba, 14 de fevereiro de 2014

KPMG AUDITORES INDEPENDENTES

CRC 2SP014428/O-6

MARCELO PALAMARTCHUK

Contador CRC 1PR049038/O-9

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da FUNDAÇÃO ITAIPU-BR de Previdência e Assistência Social - Fibra, usando das atribuições que lhes confere o Estatuto da Entidade, após exame do Balanço Patrimonial apurado em 31 de dezembro de 2013, das respectivas Demonstrações da Mutações do Ativo Líquido por plano de benefícios, da Mutações do Patrimônio Social consolidada, do Ativo Líquido por plano de benefícios, do Plano de Gestão Administrativa consolidada e da Demonstração das Provisões Técnicas por plano de benefícios, encerradas em 31 de dezembro de 2013, e das contas e atos da Diretoria Executiva relativos ao exercício de 2013, embasados, ainda, nos pareceres da Consultoria Atuarial Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda e dos Auditores Independentes KPMG são de opinião que as aludidas peças contábeis representam adequadamente a posição econômico-financeira da Fundação, permitindo a aprovação do Conselho Deliberativo.

Curitiba, 18 de fevereiro de 2014

JOÃO CARLOS FERRER GARCIA **NILSON CAMARGO COSTA**
Presidente Conselheiro

ANDRÉA SILVA MEDEIROS **LUIZ JULIO ZANCOPE**
Conselheira Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo da Fundação ITAIPU-BR de Previdência e Assistência Social - Fibra, no uso de suas atribuições estatutárias, examinaram o Relatório Anual de Informações e a prestação de contas constituída de: Balanço Patrimonial consolidado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Social consolidada, Demonstração das Mutações do Ativo Líquido por plano de benefícios, Demonstração do Ativo Líquido por plano de Benefícios, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa e Demonstração das Provisões Técnicas por plano de benefícios, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, devidamente acompanhados do Parecer da auditoria externa KPMG Auditores Independentes, pelo Parecer Atuarial da Consultoria Atuarial Jesse Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda. e do Parecer do Conselho Fiscal, Deliberando pela aprovação dos documentos mencionados no inciso II do Art. 20, do Estatuto da Fibra, relativo ao exercício de 2013.

Curitiba, 28 de fevereiro de 2014.

JOÃO EMÍLIO CORRÊA DA SILVA DE MENDONÇA
Presidente

HERALDO SOARES
Conselheiro

JOSÉ CARLOS SIQUEIRA PEÇANHA
Conselheiro

ARIEL DA SILVEIRA
Conselheiro

LAERTI ALVES QUADRADO
Conselheiro

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2014

(Resumo - em atendimento a Resolução CGPC nº 23 de 06 dez. 2006 e instrução PREVIC nº 5 de 01 de nov. 2013)

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Segmento	Nome	CPF	Cargo
Plano de Benefícios	Silvio Renato Rangel Silveira	514.772.629-20	Superintendente

Objetivos da Gestão: A gestão dos recursos da Fibra é realizada internamente pela própria Fibra e por intermédio de gestores contratados. O estilo de gestão adotado deve ser ativo, atuando em todos os mercados permitidos pela legislação em vigor, com vistas a se obter os retornos necessários aos objetivos definidos na Política de Investimento, levando-se sempre em consideração o limite de risco da Fibra e a característica de seu passivo.

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2014 a 12/2014	IPCA	5,50%

Alocação do Recursos

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda Fixa	63,00%	78,00%	69,50%
Renda Variável	16,00%	22,00%	19,50%
Imóveis	1,50%	2,50%	2,00%
Empréstimos e Financiamentos	2,00%	3,00%	2,50%
Investimentos Estruturados	3,00%	8,00%	6,00%
Investimentos no Exterior	0,00%	1,50%	0,50%

Alocação/Derivativos – Proteção+Exposição, conforme Art.44 da Resolução nº 3.792.

CENÁRIOS MACROECONÔMICOS

As projeções utilizadas para 2014, no estudo de ALM, foram:

Selic: 2,71%a.a. IGP-M: 0,00% a.a. Ibovespa: 6,82% a.a.
Crédito + Prêmio: NTN-B + 0,80% a.a. IPCA: 6,23% a.a.

As taxas representam a rentabilidade real, descontada a inflação projetada para os anos futuros.

ÍNDICE DE REFERÊNCIA (BENCHMARK)

Segmento de Renda Fixa:

Meta de Curto Prazo (exercício): superar índice de referência da alocação ALM, composto de 15,5% do IMA-B5,

68,5% do IMA-B5+, 6% do IMA-C5+ e 10% do CDI.

Meta de Longo Prazo (10 anos): superar IPCA + 5,50%.

Segmento de Renda Variável:

Meta de Curto Prazo – Estratégia Core (1 ano): 60% IBOVESPA + 40% IBRX-100.

Meta de Curto Prazo – Estratégia Satélite (3 anos): IBOV + 4%.

Meta de Longo Prazo (10 anos): superar IPCA + 6,5%.

Segmento de Estruturados:

Meta de Curto Prazo (exercício): não se aplica.

Meta de Longo Prazo (10 anos): superar IPCA + 6%.

Segmento de Investimento no Exterior:

Meta de Curto Prazo (exercício): superar IPCA + 5,50%.

Meta de Longo Prazo (10 anos): superar IPCA + 8%.

Segmento de Imóveis:

Meta de Longo Prazo: superar IPCA + 5,50%.

Segmento de Empréstimos a Participantes:

Meta: superar IPCA + 5,50%.

Carteira Consolidada de Investimentos:

Meta de Longo Prazo (10 anos): superar IPCA + 5,50%.

CONTROLE DE RISCO

Os procedimentos de controle interno e de avaliação de risco de investimentos da Fibra, que utiliza um modelo de risco próprio para fins gerenciais, estão incluídos nos Procedimentos Gerenciais e Operacionais, nos critérios e demais normas internas integrantes do escopo de certificação de qualidade da Fibra, aprovados pela Diretoria Executiva, e submetidos às auditorias interna e externa da qualidade, dentro do padrão da ISO-9000.

Os critérios para Avaliação dos Riscos estão assim dispostos:

- Risco de Mercado – Metodologia VaR, Benchmark VaR, Component VaR, Testes de Stress e Backtesting;
- Risco de Crédito – RiskBank elaborado pela Consultoria Lopes & Filho Associados;
- Risco de Liquidez – ALM (Asset Liability Management), Fluxo do Passivo Atuarial, Controle de Liquidez e Solvência;
- Risco Operacional – Consultoria RiskOffice / ISO 9000;
- Risco Legal – Administrador Fiduciário e parecer jurídico quando necessário;
- Risco Sistêmico – Análise de stress.

A Fibra buscará a garantia do equilíbrio econômico-financeiro entre os ativos do Plano e o passivo atuarial por meio da realização de estudos de ALM contratados junto a especialistas de mercado, e a incorporação dos resultados destes estudos na Política de Investimento.

CONTRATAÇÃO DE GESTORES DE RECURSOS

Os principais critérios para a contratação dos gestores são:

I - Pré-qualificação: (i) estabelecimento de valor mínimo de patrimônio dos Fundos de Renda Variável ou Renda Fixa, e definição do histórico mínimo dos respectivos Fundos Abertos, administrados pelas instituições que serão analisadas, dependendo para qual segmento será feita a seleção; e (ii) definições de quais gestores poderão participar da seleção, utilizando-se os limites estabelecidos nesta Política de Investimento.

II - análise de indicadores de desempenho: definição dos indicadores de performance para análise de desempenho dos fundos pré-qualificados, privilegiando os índices de retorno ajustado por risco, tais como: Índice de Retorno Diferencial e Índice de Risco Diferencial.

III - análise da carteira dos fundos qualificados no item II: i. estudo da concentração setorial da carteira do fundo em face da concentração setorial do benchmark; ii. verificação da marcação a mercado dos papéis dos Fundos; iii. identificação do grau de alavancagem dos fundos; iv. verificação do Valor em Risco (VaR) da carteira, indexado ao benchmark; e v. análise da concentração de recursos em um único emissor na carteira.

IV - solicitação de proposta técnica e comercial dos gestores classificados nas fases anteriores, com o objetivo de avaliar a capacidade do atendimento aos objetivos de gestão, pretendidos pela Fibra, e as taxas e custos propostos.

A POLÍTICA DE INVESTIMENTO DE FIBRA, NA INTEGRALIDADE, ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.FUNDAÇAOITAIPU.COM.BR OU, SE DESEJAR, SOLICITE CÓPIA IMPRESSA.

RESUMO DAS INFORMAÇÕES SOBRE O DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO

Este informativo atende ao disposto no Art. 17 da Resolução CGPC nº. 13 de 01/10/2004, Art. 3º da Resolução CGPC nº. 23 de 06/12/2006 e Instrução PREVIC nº 5 de 01 de nov. 2013 que disciplinam a divulgação de informações aos participantes.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL, EM ATENDIMENTO AO ART.19 DA RESOLUÇÃO CGPC N.º 13 DE 01/10/2004

O conselho fiscal em sua reunião ordinária realizada em 18 de fevereiro de 2014, usando das atribuições que lhes confere o Estatuto da Fibra, após exame do Balanço Patrimonial de 2013, e demais demonstrações contábeis, bem como as contas e atos da Diretoria Executiva, relativos ao exercício de 2013, emitiu parecer que as referidas peças contábeis representam adequadamente a posição econômica-financeira da Fundação.

1. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

(Instrução PREVIC nº 5 de 01/11/2013)

Composição dos Investimentos	Posição em 2013		Posição em 2012		Limites Política		Faixas de alocação
	Valor (R\$)	% Total	Valor (R\$)	% Total	% Min	% Max	% Alvo
Total das Aplicações	2.419.714.380	100,00	2.345.325.719	100,00	0	0	0
Renda Fixa	1.756.691.079	72,60	1.747.229.227	74,50	63	75	68,3
Renda Variável	442.803.118	18,30	419.156.770	17,87	18	23	21
Imóveis	67.429.621	2,79	47.111.228	2,01	3	7	5
Empréstimos	58.674.857	2,42	53.208.746	2,27	2	4,5	2,5
Estruturados	94.066.887	3,89	78.434.930	3,34	3	7	5
Exterior	0	0,00	0	0,00	0	1,8	1
Disponível em caixa	48.817	0,00	184.818	0,01	0	0	0

2. TAXA MÍNIMA ATUARIAL E RENTABILIDADES

(Instrução PREVIC nº 5 de 01/11/2013)

Segmento	Benchmark 2013	2013		2012		
		% Rentabilidade	% Benchmark	Benchmark 2012	% Rentabilidade	% Benchmark
Renda Fixa	IMA Balanceado	7,06 (1)	-9,86	IMA Balanceado	18,07 (1)	27,68
Renda Variável	60% IBOV+40% IBRX-100	-6,38	-10,71	60% IBOV+40% IBRX-100	14,77	9,09
Imóveis	IPCA+5,50%a.a.	56,48	11,73	IPCA+5,75%a.a.	5,43	11,92
Operações c/ Participantes	IPCA+5,50%a.a.	14,91	11,73	IPCA+5,75%a.a.	15,24	11,92
Estruturados	Não se aplica	5,50	Não se aplica	Não se aplica	17,28	Não se aplica
Rentabilidade Total	IPCA+5,50%a.a.	5,58 (2)	11,73	IPCA+5,75%a.a.	17,11 (2)	11,92

(1) Rentabilidade da carteira de renda fixa com ativos marcados a mercado é - 10,67%.

(2) Rentabilidade geral com ativos marcados a mercado é -7,66%

3. DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA

(EM RELAÇÃO AO IPCA+5,5% a.a.) (IN SPC 2 DE 18/05/2010)

Seg-mento	Meses	Segmento de Renda Fixa	Segmento de Renda Variável	Segmento de Empréstimos	Segmento de Imóveis	Estruturados	TMA Mensal
2013	Janeiro	0,92	(0,40)	1,24	0,60	0,17	1,31
	Fevereiro	0,30	(2,12)	1,44	0,58	0,17	1,05
	Março	0,69	(1,29)	1,63	0,53	0,09	0,92
	Abril	1,06	(0,19)	1,22	0,49	1,41	1,00
	Mai	(0,26)	(1,72)	1,30	0,53	0,70	0,82
	Junho	0,06	(8,79)	1,29	0,49	(0,22)	0,71
	Julho	0,88	1,36	1,05	0,59	(0,24)	0,48
	Agosto	(0,07)	2,30	0,98	0,51	1,23	0,69
	Setembro	0,97	4,18	0,70	0,47	0,49	0,80
	Outubro	0,88	4,77	0,86	0,51	(0,08)	1,02
	Novembro	0,30	(1,66)	0,97	0,52	2,06	0,99
	Dezembro	1,12	(2,31)	1,28	47,64	(0,39)	1,37
%	Acumulado 12 meses	7,06	(6,38)	14,91	56,48	5,50	11,74

Divergência Não Planejada - Atendimento às Instruções Normativas da SPC nº 2, de 18/05/2010. Refere-se à diferença entre a rentabilidade de cada segmento e a Taxa Mínima Atuarial - TMA (IPCA + 5,5% ao ano), mês a mês, calculada pelo fluxo diário dos ativos.

As justificativas técnicas constam em relatórios específicos, atestadas pelo Administrador Estatutariamente Tecnicamente Qualificado e entregue ao Conselho Fiscal. O documento original encontra-se a disposição da Secretaria de Previdência Complementar.

4. DETALHAMENTO DOS INVESTIMENTOS

Resolução CMN nº 3792 Relatório 2013 - Posição em 31/12/2013

DISCRIMINAÇÃO	GESTÃO	VALOR	% APLIC.
Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas		2.416.452.451,73	100,00%
Disponível/Imediato	PRÓPRIA	48.817,35	0,00%
A. Segmento de Renda Fixa		1.753.429.802,30	72,56%
A1. Títulos da Carteira Própria	PRÓPRIA	1.499.093.354,37	62,04%
1. TÍTULOS PÚBLICOS		1.487.347.198,15	61,55%
BAIXO CUSTO DE CRÉDITO		1.487.347.198,15	61,55%
NTN - B - Notas do Tesouro Nacional - Série B		1.364.801.174,09	56,48%
NTN - C - Notas do Tesouro Nacional - Série C		104.683.510,72	4,33%
NTN - F - Notas do Tesouro Nacional - Série F		17.862.513,34	0,74%
2. TÍTULOS PRIVADOS		11.746.156,22	0,49%
BAIXO RISCO DE CRÉDITO		11.746.156,22	0,49%
1. Debêntures		11.697.309,97	0,48%
Cemig GT		11.697.309,97	0,48%
2. Certificado de Depósito Bancário - Pós-Fixado		48.846,25	0,00%
Banco Bradesco S/A		48.846,25	0,00%
A2. Fundos de Investimentos Financeiro		257.597.724,57	10,66%
1. QUOTAS DE FUNDOS DE RENDA FIXA		251.343.103,92	10,40%
BRZ Crédito Privado FIM	TERCEIRIZADA	7.223.427,01	0,30%
Sulamérica Inflatie FI RF	TERCEIRIZADA	31.647.770,55	1,31%
BTG Pactual Emissões Primárias	TERCEIRIZADA	10.401.219,30	0,43%
BTG Pactual Yield DI Referenciado	TERCEIRIZADA	132.142.814,86	5,47%

DISCRIMINAÇÃO	GESTÃO	VALOR	% APLIC.
FI Votorantim Ins RF	TERCEIRIZADA	57.456.329,95	2,38%
BRZ Multirecebeíveis	TERCEIRIZADA	12.471.542,25	0,52%
2 - QUOTAS DE FIDC		6.254.620,65	0,26%
FIDC Caixa UBS Pactual II	TERCEIRIZADA	2.486.539,20	0,10%
FIDC CEDAE	TERCEIRIZADA	3.768.081,45	0,16%
A3. Exigível do Programa de investimentos		(3.261.276,64)	-0,13%
Honorários Advocáticos		(3.261.276,64)	-0,13%
B. Segmento de Renda Variável		442.802.466,00	18,32%
B1. QUOTAS DE FUNDOS DE AÇÕES - MÚTUOS		272.974.319,52	11,30%
Bradesco FIA Dividendos	TERCEIRIZADA	30.242.002,57	1,25%
ETF Ishares BRAX11	TERCEIRIZADA	6.641.261,00	0,27%
ETF Ishares PIBB11	TERCEIRIZADA	60.074.697,00	2,49%
ETF Ishares SMAL11	TERCEIRIZADA	4.888.590,60	0,20%
Franklin Templeton IBX FIA	TERCEIRIZADA	7.222.920,43	0,30%
Gap Ações Institucional FIA	TERCEIRIZADA	10.705.781,53	0,44%
Guepardo Ações FIA	TERCEIRIZADA	17.554.186,05	0,73%
JGP Institucional FIA	TERCEIRIZADA	22.471.340,99	0,93%
Westen Asset Dividend Yield FIA	TERCEIRIZADA	8.780.885,11	0,36%
BTG Pactual Dividendos FIA	TERCEIRIZADA	10.379.306,95	0,43%
Sulamérica Expertise FIA	TERCEIRIZADA	24.179.355,19	1,00%
Vinci Gas Valor Smll FIC FIA	TERCEIRIZADA	20.819.614,05	0,86%
Bradesco FIA Institucional IBX Ativo	TERCEIRIZADA	27.832.525,46	1,15%
M Square Inst FICFIA	TERCEIRIZADA	10.624.694,04	0,44%
Quest Small Inst FICFIA	TERCEIRIZADA	10.557.158,55	0,44%
B2. QUOTAS DE FUNDOS DE AÇÕES - EXCLUSIVOS		161.890.285,01	6,70%
BRAM FIB FIA	TERCEIRIZADA	81.368.653,41	3,37%
FIA Merlot	TERCEIRIZADA	80.521.631,60	3,33%
B3. ALUGUEL DE ETF's		7.937.861,47	0,33%
ETF Ishares PIBB11	TERCEIRIZADA	7.923.925,40	0,33%
Valores a receber	TERCEIRIZADA	13.936,07	0,00%
C. Segmento de Estruturados		94.066.887,17	3,89%
C1. QUOTAS DE FUNDOS ESTRUTURADOS		94.066.887,17	3,89%
Capital Mezanino FIP	TERCEIRIZADA	10.419.927,52	0,43%
Neo Capital Mezanino FIP	TERCEIRIZADA	6.482.437,58	0,27%
Empreendedor Brasil	TERCEIRIZADA	5.979.652,30	0,25%
FIP Terra Viva	TERCEIRIZADA	4.594.275,40	0,19%
Brascan Petróleo e Gás	TERCEIRIZADA	1.797.135,44	0,07%
Logística Brasil FIP	TERCEIRIZADA	18.217.337,88	0,75%
Patria Real Estate II Private	TERCEIRIZADA	7.110.068,66	0,29%
Pátria Special Opportunities I	TERCEIRIZADA	6.216.036,07	0,26%

DISCRIMINAÇÃO	GESTÃO	VALOR	% APLIC.
Rio Bravo Energia I	TERCEIRIZADA	30.145.537,23	1,25%
DLM Brasil TI FIP	TERCEIRIZADA	3.104.479,09	0,13%
D. Segmento de Imóveis		67.429.621,46	2,79%
D1 - EDIFICAÇÕES DE USO PRÓPRIO	PRÓPRIA	3.837.000,49	0,16%
Edifício Governador Parigot de Souza Rua Comendador Araújo - 551 Centro - Curitiba - PR Térreo, 5º e 9º andar		3.837.000,49	0,16%
D2. EDIFICAÇÕES LOCADAS À PATROCINADORA	PRÓPRIA	30.619.189,78	1,27%
Edifício Governador Parigot de Souza Rua Comendador Araújo - 551 Centro - Curitiba - PR		30.619.189,78	1,27%
D3 - EDIFICAÇÕES PARA RENDA	PRÓPRIA	32.973.431,19	1,36%
7º andar do Edifício Centro Comercial Itália		3.883.708,79	0,16%
9º andar do Edifício Centro Comercial Itália		4.362.170,96	0,18%
10º andar do Edifício Centro Comercial Itália		4.362.170,96	0,18%
11º andar do Edifício Centro Comercial Itália		4.362.170,97	0,18%
13º andar do Edifício Centro Comercial Itália		876.791,85	0,04%
24º andar do Edifício Centro Comercial Itália		4.443.980,16	0,18%
25º andar do Edifício Centro Comercial Itália		5.040.726,89	0,21%
26º andar do Edifício Centro Comercial Itália Rua Marechal Deodoro, 630 Centro - Curitiba - PR		5.542.169,22	0,23%
Direitos em Alienação de Investimentos em Imóveis		99.541,39	0,00%
Aluguéis a Receber		0	0,00%
E. Segmento de Empréstimos aos Participantes	PRÓPRIA	58.674.857,45	2,43%
Empréstimos Simples		58.674.857,45	2,43%
(-) Liberação de Empréstimos		0	0,00%

O TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS não inclui os débitos do patrocinador oriundos da reversão da dação em pagamento, no valor de R\$ 85.219.130,58.

Informações gerais:

Custodiante: Banco Bradesco S.A

Responsável pela controladoria: Banco Bradesco S.A

Responsável pela consolidação: Banco Bradesco S.A

Responsável pelo controle do risco: Fundação Itaipu

Responsável pela auditoria de gestão: KPMG Auditores Independentes.

Informações do Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado,

parágrafo 5º, do Artigo 35 da Lei Complementar nº 109, 29/05/2001

Administrador Qualificado: Silvio Renato Rangel Silveira - Diretor Superintendente

da Fibra. Tel: 41-3321.4365. e-mail: rangel@fundacaoitaipu.gov.br

5. DEMONSTRATIVO POR TIPO DE GESTÃO: TERCEIRIZADA OU PRÓPRIA

(Instrução PREVIC nº 5 de 01/11/2013)

TIPO DE GESTÃO / GESTORES	RENDA FIXA	%	RENDA VARIÁVEL	%	ESTRUTURADOS	%	OP. C/ PART.	%	IMÓVEIS	%	TOTAL	% sobre o total
1. GESTÃO PRÓPRIA - FIBRA	1.495.880.895,08	85,31%	0	0	0	0	58.674.857,45	100,00	67.429.621,46	100,00	1.621.985.373,99	67,12%
2. GESTÃO TERCEIRIZADA	257.597.724,57	14,69%	442.802.466,00	100,00%	94.066.887,17	100,00%	0	0	0	0	794.467.077,74	32,88%
BANCO SANTANDER S/A	0	0	80.521.631,60	18,18%	0	0	0	0	0	0	80.521.631,60	3,33%
BANCO BRADESCO S/A	0	0	139.443.181,44	31,49%	0	0	0	0	0	0	139.443.181,44	5,77%
BANCO BRASCAN S/A	0	0	0	0	1.797.135,44	1,91%	0	0	0	0	1.797.135,44	0,07%
SULAMÉRICA	31.647.770,55	1,80%	24.179.355,19	5,46%	0	0	0	0	0	0	55.827.125,74	2,31%
BLACK ROCK	0	0	11.543.787,67	2,61%	0	0	0	0	0	0	11.543.787,67	0,48%
BANCO ITAÚ S/A	0	0	67.998.622,40	15,36%	0	0	0	0	0	0	67.998.622,40	2,81%
BRZ ADM DE RECURSOS S/A	19.694.969,26	1,12%	0	0	24.196.990,18	25,72%	0	0	0	0	43.891.959,44	1,82%
DGF GESTÃO DE FUNDOS LTDA	0	0	0	0	4.594.275,40	4,88%	0	0	0	0	4.594.275,40	0,19%
DLM INVISTA ASSET MANAGEMENT S/A	0	0	0	0	3.104.479,09	3,30%	0	0	0	0	3.104.479,09	0,13%
PATRIA INVESTIMENTOS	0	0	0	0	13.326.104,73	14,17%	0	0	0	0	13.326.104,73	0,55%
RIO BRAVO	0	0	0	0	30.145.537,23	32,05%	0	0	0	0	30.145.537,23	1,25%
NEO INVESTIMENTOS	0	0	0	0	16.902.365,10	17,97%	0	0	0	0	16.902.365,10	0,70%
BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT S/A DTVM	148.798.654,81	8,49%	10.379.306,95	2,34%	0	0	0	0	0	0	159.177.961,76	6,59%
FRANKLIN TEMPLETON INVESTIMENTOS BRASIL	0	0	7.222.920,43	1,63%	0	0	0	0	0	0	7.222.920,43	0,30%
GAP ASSET MANAGEMENT	0	0	10.705.781,53	2,42%	0	0	0	0	0	0	10.705.781,53	0,44%
GUEPARDO INVESTIMENTOS LTDA	0	0	17.554.186,05	3,96%	0	0	0	0	0	0	17.554.186,05	0,73%
JGP GESTÃO DE RECURSOS LTDA	0	0	22.471.340,99	5,07%	0	0	0	0	0	0	22.471.340,99	0,93%
M SQUARE INVESTIMENTOS LTDA	0	0	10.624.694,04	2,40%	0	0	0	0	0	0	10.624.694,04	0,44%
QUEST INVESTIMENTOS LTDA	0	0	10.557.158,55	2,38%	0	0	0	0	0	0	10.557.158,55	0,44%
WESTERN ASSET MANAGEMENT COMPANY DTVM	0	0	8.780.885,11	1,98%	0	0	0	0	0	0	8.780.885,11	0,36%
VINCI EQUITIES GESTORA DE RECURSOS LTDA	0	0	20.819.614,05	4,70%	0	0	0	0	0	0	20.819.614,05	0,86%
VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT	57.456.329,95	3,28%	0	0	0	0	0	0	0	0	57.456.329,95	2,38%
TOTAL GERAL	1.753.478.619,65	72,56%	442.802.466,00	18,32%	94.066.887,17	3,89%	58.674.857,45	2,43%	67.429.621,46	2,79%	2.416.452.451,73	100,00%
(% s/ o total dos investimentos)												

6. RISCO DE MERCADO MENSAL (21 DIAS ÚTEIS) - INTERVALO DE CONFIANÇA DE 95%

(Instrução PREVIC nº 5 de 01/11/2013)

Var - Valor em Risco	2013		2012		% Limite Política
	Valor R\$	% do Valor	Valor R\$	% do Valor	
Segmento de Renda Fixa	66.698.714	3,85	37.304.549	2,13	10,00 (1)
Segmento de Renda Variável	29.404.197	5,77	26.654.984	6,36	30,00 (1)
Segmento de Estruturados	1.068.519	1,18	854.258	1,52	10,00 (1)

(1) Alterado o limite na Política de Investimentos para 2013, conforme o Critério de Avaliação de Risco I-001-2011 de 23/12/2011 revisão 2.

7. RISCO DE CRÉDITO

Segmento de Renda Fixa	2013	2012	% Limite Resolução 3.792
Baixo Risco de Crédito Tesouro	84,83%	86,60%	100,00%
Baixo Risco de Crédito Outros (inclui Títulos Privados)	15,17%	13,40%	80,00%
Médio e Alto Risco de Crédito	0	0	20,00%

Percentual em relação à carteira de investimentos.

8. EMISSÕES DE TÍTULOS PRIVADOS CARTEIRA PRÓPRIA

EMPRESA	APLICAÇÃO ATUAL	% PL
Empresas Financeiras	48.846,25	0,00
Banco Bradesco S/A	48.846,25	0,00
Empresas não-financeiras	11.697.309,97	0,48
Cemig GT	11.697.309,97	0,48
Total	11.746.156,22	0,49

RESUMO DAS INFORMAÇÕES SOBRE O DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

1. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Composição dos Investimentos	Posição em 2013		Posição em 2012		Limites Política Faixas de alocação		Limites 3.792 % Alvo
	Valor (R\$)	% do Total	Valor (R\$)	% do Total	% Min	% Max	
Total das Aplicações	24.560.463	100,00	22.431.775	100,00	0	0	0
Renda Fixa	24.560.463	100,00	22.431.775	100,00	0	100	100
Disponível em caixa	0	0,00	0	0,00	0	0	0

2. TAXA MÍNIMA ATUARIAL E RENTABILIDADES

Segmento	Benchmark 2013	2013		Benchmark 2012	2012	
		% Rentabilidade	% Benchmark		% Rentabilidade	% Benchmark
Renda Fixa	100% CDI	8,64	8,05	100% CDI	12,44	8,41

3. DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DE INVESTIMENTOS E DE ENQUADRAMENTO DAS APLICAÇÕES

Resolução CMN nº 3792 Relatório 2013 - Posição em 31/12/2013

DISCRIMINAÇÃO	GESTÃO	VALOR	% APLIC.
Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas		24.560.462,84	100,00%
Disponível/Imediato	PRÓPRIA	-	0,00%
A. Segmento de Renda Fixa		24.560.462,84	100,00%
A1. Títulos da Carteira Própria	PRÓPRIA	10.228.791,05	41,65%
1. TÍTULOS PÚBLICOS		10.228.791,05	41,65%
BAIXO CUSTO DE CRÉDITO		10.228.791,05	41,65%
NTN - B - Notas do Tesouro Nacional - Série F		10.228.791,05	41,65%
A2. Fundos de Investimentos Financeiro		14.331.671,79	58,35%
1. QUOTAS DE FUNDOS DE RENDA FIXA		14.331.671,79	58,35%
BTG Pactual Yield DI Referenciado	TERCERIZADA	13.243.990,59	53,92%
FI Votorantim Ins RF	TERCERIZADA	1.087.681,20	4,43%

Informações gerais:

Custodiante: Banco Bradesco S.A

Responsável pela controladoria: Banco Bradesco S.A

Responsável pela consolidação: Banco Bradesco S.A

Responsável pelo controle do risco: Fundação Itaipu

Responsável pela auditoria de gestão: KPMG Auditores Independentes .

Informações do Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado,

parágrafo 5º, do Artigo 35 da Lei Complementar nº 109, 29/05/2001

Administrador Qualificado: Silvio Renato Rangel Silveira - Diretor Superintendente

da Fibra. Tel: 41-3321.4365. e-mail: rangel@fundacaoitaipu.gov.br

4. DEMONSTRATIVO POR TIPO DE GESTÃO: TERCEIRIZADA OU PRÓPRIA

(Inciso III e VII do Art. 19 da IN SPC 14 de 18/01/2007)

TIPO DE GESTÃO / GESTORES	RENDA FIXA	%	TOTAL	% sobre o total
1. GESTÃO PRÓPRIA - FIBRA	10.228.791,05	41,65%	10.228.791,05	41,65%
2. GESTÃO TERCEIRIZADA	14.331.671,79	58,35%	14.331.671,79	58,35%
BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT S/A DTVM	13.243.990,59	53,92%	13.243.990,59	53,92%
VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT	1.087.681,20	4,43%	1.087.681,20	4,43%
TOTAL GERAL (% s/ o total dos investimentos)	24.560.462,84	100,00%	24.560.462,84	100,00%

5. RISCO DE MERCADO MENSAL (21 DIAS ÚTEIS) - INTERVALO DE CONFIANÇA DE 95%

Var - Valor em Risco	2013		2012		% Limite Política
	Valor R\$	% do Valor	Valor R\$	% do Valor	
Segmento de Renda Fixa	104.482	0,44	145.456	0,65	10,00 (1)

(1) Alterado o limite na Política de Investimentos para 2013, conforme o Critério de Avaliação de Risco I-001-2011 de 23/12/2011 revisão 2.

6. RISCO DE CRÉDITO

Segmento de Renda Fixa	2013	2012	% Limite Resolução 3.792
Baixo Risco de Crédito Tesouro	41,65%	68,80%	100,00%
Baixo Risco de Crédito Outros (inclui Títulos Privados)	58,35%	31,20%	80,00%
Médio e Alto Risco de Crédito	0	0	20,00%

Percentual em relação à carteira de investimentos.

7. RENTABILIDADES

Segmento	Benchmark		Realizada		
	Descrição	%	Bruta¹ %	Líquida² %	
Renda Fixa	IPCA + 5,50	11,74	7,06	7,04	
Renda Variável	60% IBOV+40% IBRX100	-10,71	-6,38	-6,81	
Estruturados	IPCA + 5,50	11,74	5,50	5,44	
Imóveis	IPCA + 5,50	11,74	56,48	56,47	
Empréstimos	IPCA + 5,50	11,74	14,91	14,47	
Plano	IPCA + 5,50	11,74	5,58	5,55	
PGA	100% CDI	8,05	8,64	8,63	

1. Rentabilidade Bruta - calculada por quota diária pelo custodiante Bradesco.

2. Rentabilidade Líquida - calculada por quota contábil mensal, deduzindo-se as despesas diretas dos investimentos.

8. NFORMAÇÕES SOBRE DESPESAS

(Resolução CGPC n° 13 de 01/10/2004 e Resolução CGPC n° 23 de 06/12/2006.
Instrução PREVIC n° 5 de 01/11/2013)

DESCRIÇÃO	2013	2012
	TOTAL	TOTAL
Despesas Administrativas Totais da Fibra*	11.442.383,05	11.353.305,97
Pessoal e Encargos - Pessoal Próprio	7.298.175,81	7.523.632,15
Pessoal e Encargos - Dirigentes	505.695,51	464.387,20
Despesas com treinamentos - inscrições e viagens	110.362,84	101.227,11
Consultoria atuarial e previdenciária	175.632,11	112.851,52
Auditoria Externa	38.231,23	44.370,05
Consultoria de Investimentos	273.086,76	296.444,41
Informática	336.200,76	360.256,37
Despesas advocatícias	355.459,68	275.940,58
Comunicação Social	181.135,67	164.707,06
Ativo Permanente de Pequena Monta	3.725,33	0,00
Consultoria de RH	11.798,20	67.002,58
Manutenção de equipamentos e software	18.039,83	12.489,59
Consultoria do Sistema de Gestão da Qualidade	44.139,79	36.599,24
Microfilmagem/digitalização e armazenagem de docs.	16.996,46	16.967,92
Mensageiros, avaliação de imóveis e outras	109.551,63	64.125,08
Material de expediente	36.542,78	49.591,57
Seguros	30.881,03	31.793,78
Alugueis	218.782,04	204.886,84
Água, Luz e Telefone	42.120,09	41.488,43
Associações de Classe	69.477,12	62.314,76
Despesas de viagens	388.530,18	269.578,71
Despesas postais e telegráficas	51.899,23	41.799,30
Conservação, limpeza, copa, manutenção e condução e transporte	49.408,77	130.598,09
Despesas legais e tributárias (PIS, COFINS, TAFIC)	904.014,22	829.394,34
Jornais, livros e revistas	7.562,56	7.801,40
Depreciações e Amortizações	164.933,42	143.057,89

*Não inclui despesas sem ônus para a Fibra

CUSTOS DE GESTÃO DE INVESTIMENTOS

DESCRIÇÃO	2013	2012
	TOTAL	TOTAL
1. Despesas contabilizadas Diretamente no Programa de Investimentos	698.842,48	662.926,87
Honorários Advocatícios - recuperação de investimentos	292.848,08	236.300,65
IPTU e Condomínio de imóveis não locados e taxa de venda de imóveis	1.750,00	53.863,15
Custódia/Controladoria	341.327,58	299.249,74
SELIC, CETIP e outras	62.916,82	73.513,33
2. Despesas Debitadas nos Fundos Exclusivos	1.111.166,87	1.214.695,97
Auditoria Externa	40.866,00	17.355,38
Custódia/Controladoria	47.453,98	74.662,22
Corretagens	248.810,93	557.818,19
SELIC, CETIP, CBLC e outras	36.910,60	57.408,42
Taxa de Performance Fee	430.398,60	0,00
Taxa de Administração dos fundos exclusivos	283.686,76	453.691,76
Taxa de Fiscalização da CVM	23.040,00	53.760,00
Total dos Custos de Gestão dos Investimentos	1.810.009,35	1.877.622,84
Total das Despesas	13.252.392,40	13.230.928,81

9. INFORMAÇÕES GERAIS

Custodiante: Banco Bradesco S.A

Responsável pela controladoria: Banco Bradesco S.A

Responsável pela consolidação: Banco Bradesco S.A

Responsável pelo controle do risco: Fundação Itaipu

Responsável pela auditoria de gestão: KPMG Auditores Independentes.